

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bianca Freire Martins

**O RENTISMO PETROLEIRO NOS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS CHÁVEZ:
LIMITES À *SIEMBRA PETROLERA***

UBERLÂNDIA

2023

Bianca Freire Martins

**O RENTISMO PETROLEIRO NOS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS CHÁVEZ:
LIMITES À *SIEMBRA PETROLERA***

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

UBERLÂNDIA

2023

Bianca Freire Martins

**RENTISMO PETROLEIRO NOS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS CHÁVEZ:
LIMITES À *SIEMBRA PETROLERA***

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 29 de junho de 2023.

Profª. Dra. Roberta Sperandio Traspadini (ILAESP/UNILA – Membro)

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça (IERI/UFU – Membro)

Profª. Dra. Marisa Silva Amaral (IERI/UFU – Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, por não medirem esforços em prol de minha educação. Aos meus irmãos, pela inspiração e por serem motivo para eu seguir em frente. A meus amigos – os que me acompanharam no meu tempo em Uberlândia e os de Paracatu, pela força, companheirismo e alegrias de uma vida toda. Agradeço ao CACO e a Marisa pelo incentivo à pesquisa e orientação. Não poderia deixar de agradecer, finalmente, aos partidos políticos e movimentos sociais que fiz parte e à esquerda brasileira como um todo, que certamente contribuíram para a escolha deste tema e para a minha formação política e humana.

Pretender que uma região constituída de modo tão feliz, extensa, rica e populosa seja meramente passiva, não é um ultraje e uma violação dos direitos da humanidade? [...] Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que pela sua liberdade e glória.

(Simón Bolívar, 1815)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a inserção da Venezuela no capitalismo financeirizado enquanto país que tem como fonte quase total de seus recursos o petróleo, e avaliar até que ponto foi bem sucedida a estratégia de utilização da renda do petróleo por parte do governo Chávez para garantir um projeto de desenvolvimento nacional pautado na busca por maior igualdade econômica e social. Em outros termos, o estudo busca investigar relações causais entre o fenômeno do rentismo petrolero, a política econômica chavista em seus dois primeiros mandatos, e a situação atual do capitalismo mundial com o predomínio das finanças e do mercado de capitais.

Palavras Chave: Venezuela; Petróleo; Rentismo; Hugo Chávez; Financeirização

ABSTRACT

This research aims to understand Venezuela's integration into financialized capitalism as a country whose almost total source of resources come from oil, and to assess the extent to which the strategy of utilizing oil revenue by the Chávez government was successful in ensuring a national development project based on the pursuit of greater economic and social equality. In other words, the study seeks to investigate causal relationships between the phenomenon of oil rentism, Chávez's economic policy in its first two terms (1999-2006), and the current state of global capitalism with the predominance of the financial market.

Key Words: Venezuela; Oil; Rentism; Hugo Chávez; Financialization.

LISTA DE SIGLAS

AD - Ação Democrática
AIG - American International Group
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
API - American Petroleum Institute
CAN - Comunidade Andina de Nações
CONIBA - Compañía Nacional de Indústria Básica
COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
COPRE - Comissão para a Reforma do Estado
CTV - Central de Trabalhadores da Venezuela
ELPV - Exército de Libertação do Povo da Venezuela
EPS - Empresas de Produção Social
FIEM - Fondo de Inversiones para la Estabilización Macroeconómica
FMI - Fundo Monetário Internacional
FONDEN - Fondo Nacional de Desarrollo
FONDESPA - Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País
IEA Agência - Internacional de Energia
MAS - Movimento ao Socialismo
MBR-200 - Movimento Bolivariano Revolucionario 200
MIBAM - Ministério de Indústria Básica e Mineração
MVR - Movimento V República
NDE - Núcleos de Desenvolvimento Endógeno
NYMEX - New York Mercantile Exchange
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMC - Organização Mundial do Comércio
OPEP - Organização dos Países Produtores de Petróleo
PCV - Partido Comunista de Venezuela
PDVSA - Petroleos de Venezuela
PIB - Produto Interno Bruto
PRV - Partido da Revolução Venezuelana
TLC - Tratado de Livre Comércio
UNESCO - Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura
URD - União Republicana Democrática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO SOBRE A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E O COMÉRCIO GLOBAL DE HIDROCARBONETOS NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO	12
1.1 ASPECTOS TÉCNICOS E MATERIAIS DO PETRÓLEO E DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA	
1.2 BREVE HISTÓRIA DO MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO	
1.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO E SUA LÓGICA DE FUNCIONAMENTO FACE À FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL	
CAPÍTULO 2 - VENEZUELA, PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO	27
2.1 VENEZUELA ANTES DE HUGO CHÁVEZ	
2.2 GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ FRIAS (1999-2006)	
CAPÍTULO 3 - RENTISMO E A <i>SIEMBRA PETROLERA</i>	50
3.1 RENTISMO PETROLEIRO	
3.2 O RENTISMO NOS DOIS PRIMEIROS MANDATOS DE HUGO CHÁVEZ	
3.3 O BOLIVARIANISMO LOGROU ÊXITO NA <i>SIEMBRA PETROLERA</i> ?	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

A Venezuela, além de se inserir na dinâmica do desenvolvimento capitalista de forma dependente, possui outra característica que torna a presença dessa formação social no sistema internacional ainda mais particular. O rentismo petrolero venezuelano, tal como apresentado por Baptista (1991), deforma as leis gerais do capitalismo dentro da nação bolivariana. A partir disso, questionamos: Quais os efeitos do rentismo petrolero na Venezuela na fase contemporânea do capitalismo financeirizado, notadamente nos dois primeiros mandatos do governo de Hugo Chávez (1999-2006)? Mais especificamente: Como a política econômica do período que tem o petróleo como centro, contribuiu para a aspiração sintetizada na *siembra petrolera*, que tinha como propósito a construção de um modelo de desenvolvimento de combate à pobreza e exclusão social por meio da renda do petróleo?

Partimos do entendimento de Marini (2005) de que as economias latinoamericanas compõem o pólo do capitalismo dependente, ou a “periferia” do sistema. Isso se deve à espoliação dos recursos naturais e exploração da mão de obra da população destes países, em um primeiro momento pelo colonialismo e depois pela subordinação de tais economias a oligopólios transnacionais, especialmente estadunidenses. De forma mais intensa que os outros países latino-americanos, a Venezuela sustenta, há décadas, uma estrutura produtiva e de comércio internacional especializada: mais de 90% da pauta exportadora venezuelana é composta pelo petróleo. A hipótese explorada neste trabalho é a de que esta característica em torno da inserção internacional da economia venezuelana, cria uma espécie de peculiaridade dentro da peculiaridade, ou algo como uma “dupla dependência.”

Além disso, a partir da década de 1970, o contexto internacional sofre uma inflexão trazida pelos choques do petróleo e o choque de juros de 1979, que desencadeiam o fim do sistema de Bretton Woods e do padrão ouro-dólar. A nova realidade coloca na ordem do dia a desregulamentação do mercado de capitais e irrompe uma massiva exportação de capitais e a criação de cada vez mais produtos financeiros. Tudo isso, como é característico dessa nova fase, é marcado pela especulação e preços que oscilam diariamente a depender das expectativas e do “humor” do mercado. As razões para esta oscilação serão exploradas melhor nos capítulos do trabalho, mas o que nos importa desde já é entender que o petróleo passa a estar sujeito à mesma lógica especulativa.

Apesar dos efeitos nefastos que a financeirização do capitalismo tem sobre as economias dependentes de forma geral - vide superexploração do trabalho, como bem elabora Marini (2005) - é ainda mais curioso que isso tenha acontecido com o petróleo. A razão para isso se deve a que o petróleo configura-se como um produto global estratégico, motivador de disputas geopolíticas e central para a soberania dos países produtores, portanto é curioso que um produto tão valioso em termos de segurança internacional, passe a ser negociado como uma *commodity*. Isso, sem dúvida, tem efeitos em países rentistas como a Venezuela, que dependem quase que exclusivamente do petróleo para se financiar. Isso torna a nação um alvo certo quando entram em questão os interesses geopolíticos dos países que ocupam o centro da concorrência capitalista internacional.

A concentração do petróleo na pauta exportadora venezuelana faz dessa economia uma economia fundamentalmente rentista - ou seja, que depende da renda da terra internacional para seu processo interno de acumulação - e, logo, absolutamente vulnerável aos movimentos e interesses internacionais. Ao decorrer do trabalho será feita uma recuperação da proposta de “Socialismo do século XXI” levada a cabo por Hugo Chávez, com ênfase na *siembra petrolera*, de modo a entendermos os alcances e limites deste programa, tomando como base os próprios entraves que o rentismo provoca e aprofunda. Daí a definição do período 1999-2006 como nosso recorte analítico: neste tempo convivem fenômenos, à primeira vista, contraditórios - um governo que passa a autodenominar-se socialista e que procura levar a cabo um projeto de desenvolvimento endógeno pautado em justiça social, e uma nação rentista, inundada por divisas provenientes do petróleo, a fonte financiadora primordial do combate às desigualdades.

Sendo assim, quando Hugo Chávez se elege presidente e, especialmente após 2003, a república bolivariana se coloca como um país de transição ao socialismo - na lógica de um socialismo adaptado ao seu tempo e espaço, expresso no mote “Socialismo do Século XXI” -, comprometido com os objetivos enunciados na *siembra petrolera*, essa proposta de financiamento de um programa interno de redistribuição de renda e combate à desigualdade por meio da renda do petróleo só pôde ir até onde o grande capital internacional e os interesses geopolíticos das grandes potências capitalistas permitiram. Eis aqui uma contradição inerente: a proposta de transição ao socialismo venezuelana cria as condições para a implosão das bases materiais de transição ao socialismo. E, segundo nosso entendimento, a origem disso está na forte dependência da economia venezuela frente ao petróleo.

Para chegar neste entendimento a presente monografia se divide em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro deles trataremos da compreensão do petróleo como “mais que uma mercadoria”, especialmente na nova fase do capitalismo financeirizado. No segundo capítulo fizemos um breve resgate histórico da Venezuela petroleira antes e depois de Chávez. Finalmente, no terceiro capítulo, discutimos à luz do exposto no capítulo anterior o fenômeno do rentismo petroleiro venezuelano e o comparamos com a sempre buscada *Siembra Petrolera*.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO SOBRE A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E O COMÉRCIO GLOBAL DE HIDROCARBONETOS NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

Para chegarmos ao objetivo específico deste trabalho – compreender os limites do petróleo como gerador de riqueza e desenvolvimento para a Venezuela – começaremos, *a priori*, por entender o que é a indústria do petróleo. Deste modo, este capítulo tem como propósito fornecer uma visão geral do mercado internacional de petróleo, incluindo aspectos técnicos como o funcionamento da produção, tipos e classificações de petróleo, bem como a história do mercado de petróleo. Além disso, discute-se como os preços do petróleo são afetados no mercado internacional, quais fatores o influenciam, especialmente após a financeirização da economia mundial pós década de 1970.

1.1 Aspectos técnicos e materiais do petróleo e da indústria petrolífera

Energia é a capacidade de produzir alguma alteração na realidade e se apresenta de diversas formas, tais como: a energia cinética, quando arremessamos algum objeto com as mãos; a energia luminosa emitida pelo sol; a mecânica, dos motores dos automóveis; térmica, nuclear, e, por fim, a energia química. Nesta categoria é que se insere o petróleo, um dos protagonistas deste trabalho. O petróleo é um tipo de fonte de energia química não renovável de origem fóssil, proveniente da decomposição de organismos vivos em um processo que leva milhões de anos. Esses seres conservaram energia originalmente advinda da radiação solar de forma altamente concentrada, o que confere a matérias primas como o petróleo, carvão mineral e gás natural um potencial calorífico enorme. (FUSER, 2013)

Como aponta Fuser (2013), não é fortuito que a introdução das energias fósseis coincida com o surgimento da indústria moderna e com um novo patamar na acumulação capitalista. Com a introdução do carvão e, em seguida, do petróleo, o abastecimento de energia passou a ser apenas mais um dos fatores considerados na hora de tomar decisões sobre quando e onde produzir. A produção tomou um ritmo mais rápido, a organização da fábrica tornou-se mais flexível, o transporte de mercadorias mais veloz, e, por consequência, o consumo maior. Nas palavras de Altvater (2007), toda a organização do trabalho foi modificada com a introdução dos combustíveis fósseis na produção:

Em contraste com a radiação solar que muda de intensidade entre o dia e a noite e de acordo com o ritmo das estações, os combustíveis fósseis podem ser utilizados 24 horas por dia e 365 dias por ano, com intensidade constante, permitindo a organização da produção independentemente do tempo social, biológico e dos demais ritmos naturais. (ALTVATER, 2007, p.41)

O petróleo é encontrado em diferentes formas na natureza e pode ser classificado quanto a qualidade e acessibilidade. É classificado em quatro níveis de densidade: extrapesado, pesado, médio e leve. Quanto menor a densidade, mais fácil é o processo de transformação, mais produtos derivados consegue-se obter e mais valioso é o petróleo bruto. Um dos indicadores usados para medir a densidade do petróleo é o grau API, criado pelo American Petroleum Institute. Quanto maior o grau API, mais leve é o petróleo. O teor de enxofre também faz parte dos indicadores de qualidade do óleo, podendo ser sulfuroso ou não sulfuroso. Quanto mais enxofre existir no petróleo, mais custoso é o tratamento necessário aos produtos derivados. (FONTAINE, 2010)

Ainda, o petróleo pode ser classificado em convencional, sub-convencional e não-convencional. Essa classificação diz respeito principalmente à facilidade de extração. O petróleo convencional é o tipo de petróleo que é encontrado em reservatórios naturais, formados pela sedimentação de organismos mortos, explorável e refinável nas condições econômicas e tecnológicas do momento. É extraído usando tecnologias convencionais de perfuração e produção e é geralmente de alta qualidade, com baixo teor de impurezas. O petróleo não convencional é encontrado em depósitos que são mais difíceis de alcançar e exigem tecnologias especiais para extração, como a extração de areias betuminosas e óleo de xisto. Essas tecnologias de extração são geralmente mais caras e complexas do que as usadas para o petróleo convencional e sub-convencional, além de serem mais controversas devido a maiores impactos ambientais. O petróleo sub-convencional é encontrado em áreas pouco acessíveis, como em alto mar ou no Ártico, e requer técnicas especiais de extração. (FONTAINE, 2010)

É importante ressaltar que esta classificação é relativa, pois, com o avanço da tecnologia ou com a progressiva escassez do petróleo chamado convencional, a extração do petróleo não convencional pode tornar-se regra em vez de exceção. (IEA, 2013)

A Agência Internacional de Energia (IEA) define uma reserva de petróleo como a fração de recursos energéticos que podem ser explorados usando as tecnologias atuais e de

forma economicamente viável. Considerando os fatores econômicos e tecnológicos, o montante de reservas pode variar, pois: o aumento da produção depende de crescimento demográfico e econômico, sendo o segundo instável; os estados podem subestimar ou superestimar com fins especulativos; quando se explora além da metade de uma reserva, diz-se que ela atingiu a maturidade, e quando isso acontece o custo de produção aumenta e pode tornar inviável prosseguir; por meio de inovação tecnológica o volume de reservas provadas pode aumentar e pode haver redução dos custos de exploração e exportação de petróleo sub convencional e não convencional; os esforços de investimentos para a exploração de novos depósitos dependem da antecipação do preço de venda por atores econômicos (esses cálculos levam em conta questões técnicas, mas também, e cada vez mais, levam em consideração a conjuntura política jurídica e econômica); a oferta também está em consonância com as políticas ambientais de poupança de energia e recursos naturais, preservação do meio ambiente, incentivo ao uso de energia alternativa por parte dos países importadores. (IEA, 2013)

Segundo o IEA, na classificação *Petroleum Resources Management System* as reservas de petróleo são divididas em provadas (1P), prováveis (2P) e possíveis (3P) de acordo com a probabilidade de que as quantidades recuperadas sejam compatíveis com as estimadas. As primeiras correspondem à probabilidade igual ou maior a 90%; as segundas entre 90% e 50% e, por último, as reservas possíveis, entre 50% e 10%. (IEA, 2013)

A cadeia produtiva do petróleo é composta por cinco etapas (FUSER, 2013), a saber:
Exploração: É a fase de pesquisas e busca de novos poços. É um processo custoso pois demanda muitos investimentos e o resultado final é incerto, pois pode não haver petróleo onde se esperava, ou encontrar petróleo não viável comercialmente;

Extração: Consiste no processo de retirada de petróleo do subsolo (*onshore*) ou do mar (*offshore*), e envolve riscos ambientais e riscos humanos;

Transporte: Depois de extraído, o petróleo deve ser transportado até as refinarias, que podem se localizar a longas distâncias dos poços, até mesmo em outros continentes. Em caso de longas distâncias, o petróleo normalmente é transportado em navios-petroleiros. Assim como todas as demais etapas, o transporte de petróleo é extremamente oneroso;

Refino: É a transformação do óleo cru nos produtos que serão de fato comercializados. Envolve altos custos e investimentos;

Venda ao consumidor: Objetivo final de todo o processo produtivo, leva os produtos derivados a diversos locais a fim de serem oferecidos ao consumidor.

1.2 Breve História do Mercado Internacional de Petróleo

A descoberta e o uso do petróleo precedem a indústria moderna. Desde a antiguidade, o “ouro negro” era utilizado em embarcações, na medicina e como combustível para a iluminação. No entanto, o petróleo utilizado até então era encontrado na superfície e corresponde a uma parcela ínfima da reserva existente no subsolo. (FUSER, 2013)

O petróleo como riqueza e fator econômico primordial surge em 27 de agosto de 1859 no povoado de Titusville, na Pensilvânia, costa leste dos Estados Unidos, quando jorrou pela primeira vez de um poço. Por trás desta descoberta está Edwin Drake, que começa uma empresa de escavações em busca de mais poços de petróleo. O sucesso desta investida atrai os olhares de muitos empreendedores dos Estados Unidos que seguem o mesmo caminho de Drake. Assim multiplicam-se pequenas empresas de extração, refino, transporte e comércio. (FUSER, 2013)

A indústria petrolífera se solidificou com a atuação do empresário John D. Rockefeller, fundador da Standard Oil, que viria a se tornar o maior império econômico de todos os tempos. Ele constatou que a instabilidade dos preços do petróleo, que fazia fortunas desaparecerem da noite para o dia, se devia ao fato de o processo produtivo, da extração e refino à comercialização, ser feito por centenas de empreendedores independentes que competiam entre si. Rockefeller, então, compra o restante da companhia que pertencia a seus associados e se aproveita da instabilidade do mercado para especular, comprando empresas à beira da falência nos momentos de baixa – momentos estes muitas vezes provocados pela própria Standard Oil, que vendia petróleo por determinado tempo abaixo do preço de custo para derrubar seus concorrentes e compensando a margem de lucro depois com elevações do preço. A empresa, que no início do século XX se tornou a primeira transnacional não financeira, foi também pioneira na integração vertical. Rockefeller fechou acordos com as companhias ferroviárias, permitindo economias de escala no transporte, e agregou num mesmo processo os poços, as refinarias, os oleodutos e a venda varejista. (FUSER, 2013)

Em maio de 1911, após quase duas décadas de tentativas esquivas, a Suprema Corte dos Estados Unidos determinou a dissolução do monopólio. Na prática, as 34 companhias fragmentadas nascidas da Standard Oil permaneceram nas mãos de integrantes do clã Rockefeller. Ironicamente, o nome permaneceu, acrescido do nome do estado em que as “novas” empresas atuavam. As maiores delas têm relevância enorme até os dias de hoje, apesar de nomes e comandos diferentes: Standard Oil de New Jersey, Standard Oil de Nova York, Standard Oil de Indiana e Standard Oil da Califórnia. (FUSER, 2013)

Após a invenção da lâmpada elétrica por Thomas Edison, o petróleo perdeu espaço para a energia elétrica na iluminação e no abastecimento das máquinas. No entanto, a economia petroleira persistiu após a invenção do motor a explosão inaugurando a chamada “era do automóvel”. Carros, caminhões, tratores, ônibus se multiplicaram pelo globo, especialmente nos Estados Unidos por fatores como o tamanho do território, crescimento populacional, disponibilidade de petróleo e principalmente a escalada do capitalismo estadunidense. (FUSER, 2013)

Voltando ao cenário internacional, os Estados Unidos já não eram mais os únicos a explorar e comercializar o petróleo. Foram descobertas novas reservas em Baku, na Rússia, no Sudeste Asiático, em Bornéu e Sumatra. As reservas russas estavam sob domínio da monarquia, que cedeu o direito de exploração aos irmãos Nobel da Suécia e ao ramo inglês da família Rothschild. As reservas de Bornéu, Sumatra e do Sudeste Asiático estavam sob o domínio colonial da Holanda, geridas pela empresa Royal Dutch, de Henri Deterding. Marcus Samuel, que leva os créditos pela invenção revolucionária dos navios petroleiros, era representante dos Rothschild na Ásia. Samuel criou a empresa Shell, que controlava 90% do petróleo Russo. Após a Revolução Comunista de 1917, a empresa perdeu o acesso às reservas russas, o que levou à fusão com a Royal Dutch, que passou a se chamar Royal Dutch Shell. (FUSER, 2013)

No início do século XX os estadistas começaram a entender que o petróleo seria um fator estratégico para a geopolítica mundial. Fuser (2013) destaca que os interesses das potências começaram a permear as companhias petrolíferas. Para entender isso é preciso destacar o papel que o petróleo cumpriu na Primeira Guerra Mundial. A decisão de Winston Churchill de adotar o petróleo como combustível para os navios britânicos deu uma vantagem decisiva para as tropas da coroa no conflito. Na guerra também entram em cena pela primeira vez o tanque, os aviões de combate e os veículos movidos a diesel para transporte das tropas ao campo de batalha. No final da guerra o britânico Lorde Curzon, futuro ministro do Exterior reconheceu que “a causa aliada flutuou para a vitória sobre uma onda de petróleo” (FUSER, 2013, p. 36).

Após a derrota alemã, chegou o momento de dividir as posses da potência derrotada. Para a França ficaram os 25% do Deutsche Bank na Turkish Petroleum Company, todas as reservas da Síria e do Líbano. A Grã Bretanha dividiu as possessões turcas do Oriente Médio com a França, e tomou para si o petróleo da Mesopotâmia, Palestina e Península Arábica, mantendo o domínio sobre o Egito e sobre o porto de Áden, no atual Iêmen. (FUSER, 2013)

Apesar da resistência britânica, os Estados Unidos também queriam entrar na partilha a fim de ampliar sua participação no mercado internacional de combustíveis e economizar as reservas petrolíferas nacionais. Isso não era novidade, pois, desde 1920, vinham obtendo concessões para explorar petróleo no Oriente Médio, na Arábia Saudita e nos Emirados do Golfo Pérsico (Kuwait e Bahrain). (FUSER, 2013)

O principal ponto de divergência entre a Europa e os Estados Unidos dizia respeito à composição acionária da Iraq Petroleum Company, na Mesopotâmia. Os britânicos tiveram de ceder aos americanos devido às dívidas contraídas na primeira Guerra Mundial e devido ao medo do nacionalismo turco que pretendia recuperar o distrito petrolífero de Mossul, no Iraque. O resultado das negociações foi o seguinte: 23,5% das ações ficaram com as estadunidenses Exxon e Mobil; 23,5% para a britânica Anglo-Persian; 23,5% para a também britânica Shell; 23,5% para a estatal francesa CFP; e 5% para o especulador Calouste Gulbenkian, responsável por mediar o acordo. (FUSER, 2013)

Na mesma reunião surgiu a discussão sobre o receio de que as novas jazidas descobertas no Texas e o aumento da produção na Venezuela e no México ameaçassem os preços do petróleo por excesso de oferta. As potências aliadas decidiram, então, renunciar à competição entre si no Oriente Médio e formar um cartel, o notório Cartel das Sete Irmãs, como ficou conhecido. O Acordo da Linha Vermelha, finalizado em 1928, delimitou que todas as decisões sobre investimentos, produção, concessões e preços dentro das fronteiras que pertenciam antigamente ao Império Otomano seriam tomadas em conjunto. No encontro que findou as negociações do cartel ficou decidido que o mercado seria organizado por um sistema de cotas, calculadas com base no percentual de cada um sobre as vendas anuais. (FUSER, 2013)

O petróleo já ditava os rumos dos conflitos bélicos desde a Primeira Guerra Mundial, e foi ainda mais relevante na Segunda Guerra Mundial. O fracasso alemão na tentativa de tomar os campos petrolíferos de Baker, na famosa batalha de Stalingrado, deixou os nazistas sem combustível. Ainda, o embargo dos Estados Unidos no fornecimento de petróleo ao Japão e o desejo japonês de apossar-se das reservas petrolíferas situadas na atual Indonésia levaram o país asiático a participar da guerra e levar consigo os Estados Unidos, após o bombardeio de Pearl Harbor, em 1941. (FUSER, 2013)

Os recursos petrolíferos renderam lucros astronômicos às transnacionais do ramo, deixando apenas migalhas aos países donos dessa riqueza natural por direito. Essa injustiça começou a ser questionada por governantes do Oriente Médio e da América Latina, que começaram a revisar os contratos de concessão. A primeira mudança nesse sentido veio da

Venezuela, que estabeleceu a divisão que ficou conhecida como “*fifty-fifty*”, na qual o estado e as empresas dividem em partes iguais os dividendos obtidos na exploração do petróleo. Os governantes do Oriente Médio seguiram o caminho da Venezuela e o “*fifty-fifty*” se popularizou¹. Essa conquista não se deu sem objeção da outra parte e os Estados Unidos tentaram barrar a revisão dos contratos, mas o medo de que a negativa levasse os países produtores a se aproximarem da União Soviética em plena guerra fria fez com que recuassem. (FUSER, 2013)

Podemos perceber então, que a Venezuela foi aos poucos ascendendo no sistema geopolítico internacional, de um país agroexportador de pouca relevância, a um ator fundamental na geopolítica, especialmente no que concerne a geopolítica dos recursos energéticos, essencial para o capitalismo contemporâneo. Quando a Venezuela consegue pautar um acordo desta magnitude a ponto de inspirar outros países, ou quando observa-se seu papel na criação da OPEP, uma organização que consegue abalar as estruturas do capitalismo global – como pode ser visto nos choques do petróleo – nota-se que o petróleo inaugura um novo capítulo nas relações internacionais venezuelanas.

A primeira conferência dos países não alinhados, em 1956 na Indonésia, aborda o tema da soberania sobre os recursos energéticos. O sul global questiona o domínio exercido pelos países imperialistas no mercado de petróleo. Já que as maiores reservas não lhes pertenciam, por que ainda ditavam os rumos do mercado internacional de petróleo? Por que lucravam absurdamente por meio das multinacionais com impostos baixos? (FUSER, 2013)

A onda nacionalista culmina em 1960, quando cinco dos principais produtores de petróleo se reúnem em Bagdá. Irã, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait e Venezuela fundam a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para proteger os preços das tendências de baixa, que interessavam aos países europeus e aos Estados Unidos. A década de 1970 foi marcada pela nacionalização do setor petrolífero nestes países. (FUSER, 2013)

Os novos termos dos contratos de concessão às transnacionais, a onda de nacionalização, o declínio da produção nos Estados Unidos e o surgimento de novas empresas independentes, como a Occidental e a ENI, ruíram a hegemonia do cartel das Sete Irmãs, e deram fim a décadas de poder. (FUSER, 2013)

Com o surgimento da OPEP, o uso do petróleo como arma política se intensificou. Em 1967, a Arábia Saudita liderou um embargo total no fornecimento de petróleo aos Estados Unidos, e parcial a outros aliados de Israel, como Reino Unido e França, na Guerra dos Seis

¹ Com exceção do Irã.

Dias. Novamente, em 1973, Líbia, Argélia, Iraque e Arábia Saudita interromperam o fornecimento de petróleo aos Estados Unidos, Países Baixos, África do Sul, Portugal e Rodésia (atual Moçambique) pelo apoio a Israel na Guerra do Yom Kippur. Apesar de ter durado poucos dias, o embargo conseguiu aumentar o preço do barril em mais de 70%, causando uma crise energética jamais vista e efeitos devastadores nas economias centrais, ficando conhecido como o primeiro choque do petróleo. Por outro lado, os países produtores foram inundados com divisas. (FUSER, 2013; FONTAINE, 2010)

1.3 Considerações acerca do Mercado Internacional de Petróleo e sua lógica de funcionamento face à financeirização da economia mundial

Sendo um insumo obrigatório para o estilo de vida do século XXI, o petróleo deve ser encarado como mais que uma mercadoria. Ele é regido por duas lógicas: a econômica e a estratégica. A primeira deriva do fato de que o petróleo é uma matéria prima indispensável para o setor produtivo e de serviços. Do funcionamento das máquinas ao transporte das mercadorias até as prateleiras que expõem o produto final, lá ele está. É uma indústria que movimenta bilhões de dólares, e participa da especulação financeira característica da nova fase do capitalismo, sempre com o objetivo de obter máximo lucro.

A lógica estratégica extrapola a economia e a dimensão produtiva, e é onde podemos perceber a importância política do petróleo. Por ser um recurso raro, não renovável, distribuído desigualmente pelo planeta e, sobretudo, essencial para a vida humana como conhecemos hoje, ter petróleo é ter poder. Para os países que possuem reservas, como é o caso da Venezuela, o pensamento e planejamento econômico gira em torno dele. Para os países que dependem da importação, garantir o acesso ao petróleo é questão de segurança econômica. O petróleo determina, segundo Fuser (2013), a hierarquia no sistema internacional.

O Estado tem a responsabilidade de garantir o abastecimento de energia e o direito de formular uma política energética que atenda a seus objetivos e necessidades. Uma das formas de ter mais controle sobre o abastecimento de energia é estatizar uma ou todas as etapas da produção e comércio do petróleo. Essa é uma decisão comum, visto que as empresas com maiores reservas de hidrocarbonetos no mundo são estatais. Outra forma de gestão da política energética é por meio de investimentos em pesquisa e financiamento de agentes privados. A cobrança de impostos, taxas e outros tipos de arrecadação fiscal destinados ao capital privado é também uma forma de ação estatal no campo da energia. A depender de como o Estado

define encargos sobre este produto, pode estimular ou afugentar as transnacionais, além de poder criar determinados hábitos de consumo entre os cidadãos. (FUSER, 2013)

Em casos mais extremos, mas não incomuns, o Estado pode ameaçar o uso de meios bélicos para garantir seu abastecimento energético quando ele depende de um outro país. Vimos há poucas páginas e em diversos eventos da história contemporânea que o petróleo pode causar guerras e ser usado como objeto de ameaça, tanto pelos países produtores quanto pelos importadores.

Daí que, talvez, deve-se associar a lógica econômica à estratégica, apontando para o fato de que o petróleo é essencial para o funcionamento do modo de produção capitalista ao longo de todo o século XX até hoje, e que cumpre papel fundamental nas cadeias de produção e até mesmo na forma de organização da vida e da sociabilidade. Assim, ter petróleo é ter poder e dinheiro. Ao converter-se numa das principais *commodities* mundiais, o petróleo converte-se, ao mesmo tempo, numa enorme mina de ouro àqueles que centralizam e dominam o mercado. As linhas que seguem, tratando de transformações importantes no mercado mundial de petróleo, parecem corroborar com essa observação. Falemos antes, porém, de mudanças na economia mundial de um modo mais geral.

1.3.1 Financeirização da Economia Mundial

A partir da década de 1970 houve uma reorientação no processo de acumulação de capital, em que se estabeleceu a primazia do capital financeiro como uma espécie de condutor do processo de acumulação de capital, o que implicou uma profunda reorganização institucional, produtiva e uma reconfiguração dos mercados específicos – aí inclui-se o mercado de petróleo, sobre o qual trataremos adiante – em torno das necessidades do capital financeiro. Até então o mercado de petróleo se comportava de maneira relativamente simples e contava com poucos atores. (MILANEZ, 2019)

A financeirização da economia constitui um novo arranjo do capitalismo mundial e dos mecanismos de regulação. Chesnais (1996) diz que a esfera financeira é o suprassumo do movimento de mundialização do capital. O mercado financeiro tornou-se uma força de tamanho poder que consegue impor suas vontades aos Estados (que os deixaram ou incentivaram a atingir tal patamar). O nível de endividamento dos Estados com os grandes fundos de aplicação privados os amarra ao jugo destes últimos. Como falar em soberania quando há pouca margem para definir os próprios rumos sem sofrer sanções, quando suas economias estão nas mãos desses fundos?

No entanto, a financeirização não faz com que os estados nacionais percam sua importância, mas reproduz e acentua as desigualdades já existentes no sistema internacional. Dessa forma, como principal potência do imperialismo, os Estados Unidos são como gerente da financeirização: são eles que ditam as regras do jogo em instituições como FMI e OMC e é lá que estão as principais companhias do mercado financeiro. (CHESNAIS, 1996)

Chesnais afirma existir uma relação estreita entre as dimensões produtivas e financeiras nessa nova fase do capitalismo. Os grandes grupos industriais e de serviços passaram a colocar títulos diretamente nos mercados financeiros internacionais, como consequência da desregulamentação financeira. (CHESNAIS, 1996)

Ainda, essa atuação sem freios foi possibilitada pelos Estados a partir de uma visão enganosa das finanças como indústria, especificamente uma indústria de exportação. Partindo desta lógica, se assim são, as finanças se tornam um dos campos de valorização do capital, com o objetivo primordial de gerar lucro máximo. De forma mais intensa que a indústria, as finanças puderam desfrutar de uma “quebra de fronteiras”. O problema é que apesar de ter crescido em ritmo muitas vezes maior que o PIB e o investimento, o setor financeiro está sempre atrelado ao setor produtivo. Os papéis transacionados têm sua origem na esfera de produção, mas têm uma dinâmica própria que extrapola o valor real e o valor de mercado dos produtos a que estão atrelados. (CHESNAIS, 1998; 2003)

Os mercados financeiros domésticos foram dominados pelo capital financeiro internacional, e em certos setores foram completamente integrados, como no caso do mercado de câmbio e o mercado de obrigações privadas, que, em troca de empréstimos a longo prazo, aplicam seus títulos a curto prazo. (CHESNAIS, 1996)

Em síntese, após a década de 1970 houve um crescimento vultoso do volume de transações transfronteiriças de compra e venda de títulos. Os oligopólios industriais são componentes chave da nova dinâmica capitalista, em que a concorrência e a autonomia dos Estados (principalmente os de capitalismo dependente) de tomar as próprias decisões foram minados. Os atores principais que ditam como a economia mundial funciona são os grandes bancos de investimento, fundos de pensão, fundos mútuos, corretoras de valores, fundos de investimento, seguradoras. Para sustentar o aumento desenfreado da produtividade do capital intensifica-se a exploração da classe trabalhadora com novas formas de aumento da mais valia relativa e absoluta (aumento da jornada de trabalho, desmonte das leis trabalhistas, entre outros.) Os bancos deixam de ser apenas mediadores de transações e financiadores de investimentos para oferecer produtos financeiros de novo tipo. (CHESNAIS, 1996; 1998)

Chesnais (1996) destaca algo que já era anunciado por Marx: o papel da dívida pública no aumento de poder da esfera financeira. Surge uma nova classe rentista que vive de ativos da dívida pública. Tudo isso começou depois que Bretton Woods ruiu. Os Estados Unidos decidiram unilateralmente pelo fim do padrão dólar-ouro para contornar a explosão de sua dívida federal e enorme déficit na balança de pagamentos, causados especialmente pelo que Chesnais chama de “economia do endividamento” e pelos gastos com a Guerra do Vietnã.

O sistema de Bretton Woods refletia a hegemonia absoluta dos EUA na concorrência intercapitalista, bem como a necessidade de preencher as enormes necessidades, herdadas da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, para financiamento da acumulação. O atrelamento do dólar ao ouro, mesmo que indireto, permitia, bem ou mal, que este alicerçasse um sistema financeiro e monetário internacional, que comportava a existência de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitaram controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial. (CHESNAIS, 1996, p.249-50)

A economia do endividamento também deu margem para o nascimento dos euromercados, considerados por Chesnais (1996, p. 251) o “primeiro elo no nascimento dos todo-poderosos mercados financeiros de hoje”. Os bancos britânicos passaram a fazer operações em dólares, pela queda da libra esterlina. Esses dólares transacionados na Europa ficaram conhecidos como eurodólares. Os eurodólares tiveram participação na reciclagem dos petrodólares quando o preço da *commodity* explodiu na década de 1970, provocando o já mencionado primeiro choque do petróleo (e, posteriormente, mais ao final da década, o segundo choque do petróleo).

Todas essas transformações, aqui muito sumariamente resgatadas, afetam diretamente a forma de negociação de *commodities* no mercado internacional, arrastando inevitavelmente o petróleo à lógica especulativa das bolsas, bancos e fundos de investimento.

1.3.2 A financeirização no mercado de petróleo

A primeira experiência de comercialização de petróleo em bolsa de valores foi com a New York Mercantile Exchange (NYMEX). Outros atores se juntam aos países produtores, às empresas petrolíferas e negociadores de petróleo físico: bancos de investimento, como Goldman Sachs, Morgan Stanley, administradores de fundos como Pimco e Fidelity, companhias de seguro como a American International Group (AIG) e fundos especulativos como o Citadel e Tudor Jones. (FONTAINE, 2010)

Os fundos de investimento são os principais responsáveis por trás do aumento recorde de preços de *commodities*, o que, para Milanez (2019), é resultado de um fenômeno que se tornou regra: com a financeirização do mercado de *commodities*, o preço dos produtos deixa cada vez mais de ter lastro nos fundamentos do mercado físico, como oferta, demanda, custo de produção e impostos, para ser progressivamente intermediado por instituições financeiras que não tem interesse algum no produto em si, mas em gerar mais rendimentos para os acionistas.

Cheng e Xiong (2014) explicam a relação recíproca, mas não horizontal, entre o setor financeiro e o setor produtor de *commodities*. Por um lado, os operadores do mercado financeiro garantem liquidez para os produtores que procuram amenizar os riscos em suas atividades produtivas. Eles podem acordar condições de venda de algo que ainda não foi produzido por meio dos mercados futuros. Por outro lado, o setor financeiro pode obter liquidez se precisar, executando seus papéis de compra e venda ao invés de continuar postergando tal execução, característica da especulação. (CHENG; XIONG, 2014)

Os mercados futuros de *commodities* tornaram-se tão populares quanto ações e títulos da dívida. Ao mesmo tempo, diversas *commodities*, como o petróleo cru, experienciaram fortes oscilações em seus preços, com destaque para os anos de 2007 e 2008. Cheng e Xiong analisam a relação entre esses dois fenômenos nesse período sob a ótica do “*risk sharing*” e “*informational frictions*”.

Os mercados futuros têm sido usados há muito tempo pelos produtores de *commodities* para gerenciar o risco de flutuações nos preços de seus produtos. Ao negociar contratos futuros, os produtores podem garantir um preço para sua mercadoria antes mesmo de serem produzidas ou entregues. Isso permite que eles protejam sua margem de lucro e planejem seus negócios com mais segurança. Dessa forma, para os autores, os mercados futuros de *commodities* desempenham um papel fundamental na estabilização dos preços e no funcionamento eficiente das cadeias de suprimentos. (CHENG; XIONG, 2014)

Além disso, os preços de *commodities* são amplamente usados como indicadores da força da economia global nas últimas décadas e muitos tomadores de decisão prestam atenção

nesses mercados para obter informações sobre tendências inflacionárias, por exemplo. (CHENG; XIONG, 2014)

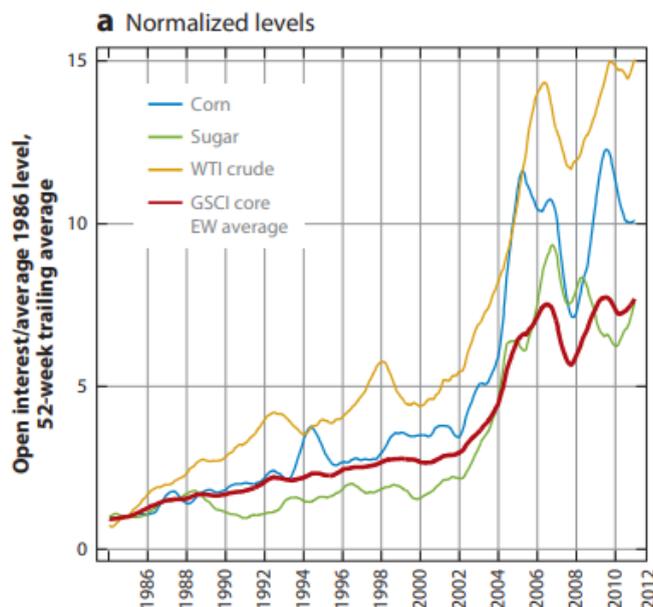
No debate sobre o *boom* nos preços das *commodities* na primeira metade de 2008, muitos autores explicam esse acontecimento como fruto da alta demanda da China e outras economias emergentes em combinação com uma oferta estagnada. Entretanto, para Cheng e Xiong, esta é uma explicação incompleta e, em certo grau, equivocada, visto que as economias emergentes já vinham desacelerando seu crescimento desde o final de 2007. Desta forma, mesmo crescendo, não o faziam em um ritmo suficiente para compensar a queda na demanda das economias centrais a ponto de fazer os preços subirem mais de 40% em seis meses.

Sockin e Xiong (2015) mostram que o “barulho” trazido pelos negociadores de ativos financeiros nos mercados de futuro afeta a demanda de produtores de bens finais por *commodities*. Isso ocorre porque estes agentes não conseguem saber se as alterações nos preços são causadas pela especulação financeira ou por mudanças em fundamentos como crescimento econômico, inflação ou taxa de juros.

Para eles o que realmente parece ter acontecido foi que os produtores, como já dito, podem ter confundido altos preços com um crescimento econômico iminente, e, portanto, aumentado sua demanda. Outro fato, este de ainda mais relevância, é o papel da especulação na distorção dos preços nos mercados futuros, que induz a uma alta temporária, por sua vez desencadeando a resposta do setor produtivo sem um aumento correspondente na oferta. (CHENG; XIONG, 2014)

A partir dos anos 2000 houve um grande fluxo de investimentos financeiros dos chamados CITs (*Commodity Index Traders*), também conhecidos como *index speculators*. Este aumento se deve a uma estratégia de ampliar o portfólio de produtos financeiros, de forma a reduzir riscos. Como mostra o Gráfico 1, o interesse no comércio de *commodities* pelos mercados futuros aumentou muito neste período, especialmente no que se refere ao petróleo. (CHENG; XIONG, 2014)

Gráfico 1: Open interest/average 1986 level, 52-week trailing average



Fonte: Elaborado por CHENG; XIONG, 2014, p.425).

Na mesma esteira de pensamento, Tang e Xiong (2012), ao analisarem os retornos diários individuais de diferentes *commodities*, perceberam que a correlação entre elas aumentou substancialmente, de níveis próximos de zero para números consideráveis, especialmente entre as *commodities* que participam dos índices de mercados futuros.

O comércio de *commodities* como o petróleo no mercado à vista tem algumas complicações, já que existe muita diferença na qualidade do petróleo extraído em lugares diferentes, de formas diferentes, o que acarreta diferentes preços. Ainda, o custo de transporte faz com que *commodities* da mesma qualidade sejam vendidos a preços distintos. Para Cheng e Xiong os mercados futuros mitigam essas discrepâncias ao permitir que agentes de todo o mundo comprem e vendam em “lugares” centralizados, como as bolsas de mercadorias e futuros.

Os autores introduzem a especulação como principal causa da distorção nos preços das *commodities* e definem especulação como “[...] transações em mercados de futuro para lucrar com o movimento dos preços” (CHENG; XIONG, 2014, p. 432). Eles defendem que a financeirização na forma de especulação com índices como o GSCI é responsável pelo aumento nos preços das *commodities* em um período em que se esperava o oposto. Assim, atribuem a alta nos preços das *commodities* no começo de 2008 aos fluxos de investimento

financeiro dos mercados futuros advindos do declínio dos investimentos imobiliários a partir da crise do *subprime*.

Cheng e Xiong apresentam o testemunho de um gestor de fundos *hedge* perante o Senado estadunidense para exemplificar e sustentar o argumento:

The concern about index investment affecting commodity prices became particularly prominent after Michael Master's testimony before the US Senate (Masters, 2008) By imputing CIT positions for oil using index weights and reported positions in the SCOT (Supplemental Commitment of Traders) for Kansas City Wheat, Feeder Cattle and Soybean Oil, he posited the so-called Master's hypothesis, which on its face is a simple assertion – that the large boom and bust in oil prices was caused by index investment flows. (CHENG e XIONG, 2014)

Em síntese, Cheng e Xiong atestam, portanto, que a especulação nos mercados futuros afeta a demanda e os preços das *commodities* para além dos movimentos regulatórios de preço usuais. Acrescentamos que esse movimento faz da lógica financeira um determinante importante de como se formam os lucros e os interesses no mercado de petróleo.

CAPÍTULO 2 - VENEZUELA, PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama histórico da Venezuela, com destaque para os acontecimentos relacionados ao petróleo. Muitos eventos não serão abordados com a devida profundidade devido à opção por ressaltar o petróleo e os dois primeiros mandatos do presidente Hugo Chávez. Este destaque se deve ao objetivo maior do trabalho, explorado no capítulo seguinte, que é entender se houve limites no desenvolvimento social e econômico venezuelano causado pelo fenômeno do rentismo.

2.1 Venezuela antes de Hugo Chávez

No início do século XX a Venezuela era um país agrícola, pouco povoado, pobre, com alta dívida pública e alta concentração de renda na mão de fazendeiros e exportadores. Este cenário era agravado pelas disputas entre as oligarquias nacionais. O governo de Juan Vicente Gómez (1908-1935) marcou a entrada da Venezuela como um ator de relevância no cenário internacional. Gómez, que assumiu a presidência do país por meio de um golpe apoiado pelos Estados Unidos, abriu o país ao capital estrangeiro.

A passagem da Venezuela a um país de centralidade na geopolítica mundial se deve à descoberta de petróleo na província de Táchira, em 1878, e pelo início da exploração deste recurso quatro décadas depois, primeiramente pela Royal Dutch Shell, seguida por outras empresas estrangeiras, como a Standard Oil de Nova Jérsei. (MARINGONI, 2009)

O primeiro acordo entre o Estado e as empresas petroleiras, formalizado na primeira Lei de Hidrocarbonetos em 1920, estabeleceu a propriedade das jazidas e o direito a 15% do produzido para o Estado, e a concessão do direito de exploração, com condições definidas para a cobrança de *royalties* e impostos, estabilidade política, administrativa e fiscal para as empresas estrangeiras. (MARINGONI, 2009)

Em 1920, um poço perfurado pela Shell passou a render 100 mil barris diários e, no ano seguinte, foi descoberto o Campo de Mene Grande. A produção de petróleo venezuelana decola e, no final da década, chega a 137 milhões de barris, em contraste com 1,4 milhões do início de 1920. Naquele momento, a Venezuela era o segundo maior produtor de petróleo do mundo. (MARINGONI, 2009)

A situação do país era um paraíso para as classes dominantes: o dinheiro advindo do petróleo e de outros negócios criados pelo presidente permitiu a importação massiva de bens industrializados. Havia uma aliança entre as classes dominantes internas e as empresas petroleiras estrangeiras, mantida às custas de uma dura repressão a movimentos populares. Apesar da repressão, é nesse momento que surgem novas classes sociais como o proletariado petroleiro e urbano. (MARINGONI, 2009)

Depois da morte de Gómez, Eleazar Contreras, outro militar, assume a chefia do país. A intenção das classes dominantes era continuar o legado de repressão da ditadura de Gómez. Assim, Contreras suspende as garantias constitucionais em janeiro de 1936, o que provocou revolta popular, com a mobilização de 40 mil pessoas em frente ao palácio de Miraflores. Mesmo colocando partidos e movimentos na ilegalidade, o desenvolvimento e acúmulo de forças das organizações de oposição, entre elas um incipiente movimento operário e estudantil, não permitiu que a ditadura de Contreras fosse tão violenta como a de Gómez. No governo de Contreras, ao contrário do anterior, a tortura não era utilizada como método repressivo. (MARINGONI, 2009)

Em dezembro de 1936, houve uma greve de 37 dias dos trabalhadores do petróleo por melhorias salariais, direito à assistência médica e moradia. Para Maringoni (2009), essa greve representou a entrada da classe operária na política. Algumas conquistas foram possíveis na ditadura de Contreras, como o direito de greve, jornada de trabalho de 8h, férias remuneradas, direito de organização sindical, entre outros.

Medina Angarita, eleito indiretamente em 1941, foi o sucessor de Contreras. Fez reformas liberalizantes e democratizantes na Constituição, voltando à legalidade os partidos banidos nas ditaduras anteriores. O governo reduziu o poder dos monopólios petrolíferos na nova Lei do Petróleo (1943) e preocupou-se em diversificar a economia, transformando a renda do petróleo em capital produtivo. Neste período, o Estado expandiu seu controle sobre a atividade petroleira e reivindicou mais participação nos lucros da atividade. A nova legislação aumentou os royalties estatais de 15% para 16,6% e aumentou a parcela do petróleo refinado em território nacional, o que gerou pressão do cartel estrangeiro. (BARROS, 2007) Naquele tempo, o petróleo venezuelano já tinha muita importância internacional, pois era a principal fonte dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Essa relevância levou à Venezuela grandes benefícios do Plano Marshall. (MARINGONI, 2009)

O governo de Medina Angarita urbanizou o país, deu atenção à diversificação produtiva e criou o Banco Central da Venezuela. Apesar destes avanços, a concentração fundiária permaneceu como sempre foi, a dependência externa foi aumentada e o governo

agiu com extrema truculência e boicote ao movimento sindical. A disputa pela sucessão estava polarizada entre a AD - Ação Democrática e a base de Angarita, que contava com o apoio do PCV - Partido Comunista de Venezuela devido a medidas nacionalistas que o governo tomou, como o tímido avanço na relação desigual entre as petroleiras e o Estado. (MARINGONI, 2009)

Após liderarem uma manifestação por eleições diretas, a AD coloca Rómulo Betancourt na chefia do país por meio de um golpe de Estado. Em 1945, é criado o imposto “*fifty-fifty*”, um marco na legislação petroleira que definia que a receita da exploração de petróleo seria dividida em partes iguais entre o Estado e as empresas estrangeiras. O imposto teve vida curta, tendo sido suspenso em 1958 pela junta de governo que sucedeu o ditador Pérez-Jiménez, mas foi replicado por todos os países periféricos que têm na exploração de petróleo uma importante fonte de renda. Para Barros (2007), o “*fifty-fifty*”, apesar de estabelecer uma divisão mais justa dos ingressos do petróleo, aprofundou o rentismo.

A Assembleia Constituinte no final de 1946 estabelece o voto direto e secreto. Um ano depois, Romulo Gallegos, da AD, é eleito presidente. Durante o mandato houve melhora nas condições de vida da população pelos ingressos do petróleo, redução nos preços dos aluguéis e programa de construção de casas. (MARINGONI, 2009)

Acusações da oposição à AD de fraude nas urnas e organização de milícias armadas geram uma pressão por parte dos militares para que Bettancourt, um dos líderes do partido, deixasse o país. No pano de fundo havia uma preocupação das elites com a base social do partido, que fugia ao controle destas.

Em novembro de 1948 uma junta chefiada por três militares – Carlos Chalbaud, Marcos Pérez Jiménez e Luis Llovera Páez – destituiu Gallegos por um golpe de estado. Neste momento tem início a vertente venezuelana das ditaduras militares que se espalharam pela América Latina, financiadas pelos Estados Unidos na segunda metade do século XX. (MARINGONI, 2009)

No início de 1950 discutia-se a possibilidade de realizar eleições e o candidato apoiado pelas forças armadas era Chalbaud, membro da junta militar. No final da década, ele é misteriosamente sequestrado e assassinado. As evidências apontam como responsável o futuro presidente Marcos Pérez Jiménez. As eleições para uma nova assembleia constituinte dão vitória ampla à URD - União Republicana Democrática, com apoio de todas as figuras da oposição, exceto o COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente. No entanto, o governo em exercício não reconhece os resultados das urnas e Pérez Jiménez se torna presidente. (MARINGONI, 2009)

Por um lado, houve um recuo na legislação petroleira em favor das empresas estrangeiras. A AD, o PCV e outros partidos foram colocados na ilegalidade. Torturas, perseguições e violência se tornaram práticas centrais da política do ditador. Por outro lado, a ditadura esforçava-se por passar uma falsa imagem de modernizadora, pois, com a expansão dos proventos petroleiros, investiu-se na infraestrutura do país, na siderurgia, na hidreletricidade, na indústria petroquímica e na construção civil. Esta última, especialmente, gerou fortunas imensas a empreiteiros e especuladores imobiliários. O capital financeiro também se expandiu no período. Maringoni (2009) identifica traços de um nacional-desenvolvimentismo na ditadura por ter logrado alguma diversificação da base produtiva e pela centralização da economia no Estado.

Apesar da intensa atividade econômica que alcançou um crescimento de 7% no PIB, o governo passou a enfrentar uma grave crise fiscal. O descontentamento era generalizado. O PCV, URD, AD e COPEI organizaram um movimento antiditatorial na chamada Junta Patriótica. Nem mesmo a burguesia estava satisfeita com a situação do país no final da década de 1950. A ditadura estava isolada. (MARINGONI, 2009)

2.1.1 Pacto de Punto Fijo e MBR-200

Em dezembro de 1957 reúnem-se em Nova York líderes da AD, COPEI, URD e do empresariado. O Partido Comunista não foi convidado. O resultado desta reunião ficou conhecido como Pacto de Nova York, embrião do Pacto de Punto Fijo, a ser tratado em breve.

Perez Jimenez cai em meio a mobilizações populares, fugindo para a República Dominicana. Uma junta militar assume como governo provisório. Ao mesmo tempo, representantes dos principais partidos venezuelanos se reúnem para acertar o pacto que regeria a política institucional da Venezuela pelos próximos 40 anos. (MARINGONI, 2009)

Nove líderes da AD, COPEI e URD acordam uma “política nacional de longo alcance”, com um programa mínimo comum. Em síntese, o Pacto de Punto Fijo visava reduzir as diferenças programáticas e ideológicas, possibilitando a convergência de interesses entre as diversas frações da classe dominante com o objetivo de dominar o aparelho estatal sem grandes conflitos ou perturbações da ordem. Na prática tratava-se de construir uma democracia dependente das receitas do petróleo por meio das quais fosse possível obter uma melhoria lenta mas constante no padrão de vida da população, para sustentar o regime, permeado de corrupção, clientelismo e fisiologismo. (MARINGONI, 2009)

Rómulo Betancourt foi eleito presidente em dezembro de 1958, enfrentando uma forte recessão no início de seu governo. Fez uma tentativa de política de substituição de importações e criou a Corporação Venezuelana do Petróleo, empresa estatal que atuava em todas as etapas da indústria. Em seu governo a Venezuela cumpriu um papel de destaque na criação da OPEP, em 1960. O Pacto de Punto Fijo seguiu bem a princípio e à superfície, logrando melhoria no padrão de vida, nos níveis de escolaridade, saúde, moradia e outros serviços públicos, especialmente durante os anos em que ocorreram os Choques do Petróleo, período em que os países produtores, inclusive a Venezuela, viram suas receitas se multiplicarem, favorecendo o regime de Punto Fijo, que era extremamente dependente da receita de petróleo. (MARINGONI, 2009)

Nesta década a Venezuela participou ativamente dos movimentos de países não alinhados e terceiro-mundistas. Em 1976, um dos marcos mais importantes da história da Venezuela com o petróleo foi a criação da estatal Petroleos de Venezuela, PDVSA, com o objetivo de aumentar a participação do Estado na receita fiscal da indústria. As multinacionais privadas foram integradas como filiais. A PDVSA era subordinada ao Ministério das Minas e Energia, mas na prática foi cada vez mais adquirindo autonomia em relação ao poder público, o que causou problemas até no Governo Chávez, como veremos. “Nessa época a PDVSA ficaria conhecida como um ‘Estado dentro do Estado’” (MARINGONI, 2009, p. 66)

Enquanto a economia estava bem, havia apoio popular ao regime de Punto Fijo. Quando a fonte de petrodólares diminuiu seu fluxo, na década de 1980, a situação se complicou para todos. A partir da queda na demanda mundial, a OPEP estabeleceu cotas de produção mais rígidas para seus associados. A PDVSA tentou por vários meios escapar da política da organização. (MARINGONI, 2009)

O início da derrocada de Punto Fijo tem como marco o dia 28 de fevereiro de 1983. Diante da péssima situação econômica internacional, em que vários países latino-americanos estavam afundados em crises de dívida externa, o presidente copeiano Luis Herrera Campins viu como única solução desvalorizar subitamente o bolívar, na tentativa de compensar a queda do preço do petróleo e a disparada da dívida pública. Os níveis de desemprego eram alarmantes. Era o início do fim, mas que teria seu desfecho final somente quinze anos depois. (MARINGONI, 2009)

Durante a tentativa de retomada do crescimento, destaca-se a criação da Comissão para a Reforma do Estado (COPRE) no governo de Jaime Lusinchi (AD). Dentre outras medidas, a comissão acabou com as listas partidárias. Isso permitiu a criação de novos

partidos de esquerda como o MAS (Movimento ao Socialismo), importante para a eleição de Hugo Chávez anos depois. (MARINGONI, 2009)

Em dezembro de 1988 Carlos Andrés Pérez é eleito presidente pela segunda vez. A primeira foi no período da bonança dos anos 1970, em que o cenário econômico era outro. Pérez personaliza a prosperidade dos tempos passados, mas a realidade a ser enfrentada era bastante distinta: crise econômica e social, reservas do Banco Central em níveis baixos, inflação de 40,3% ao ano, desemprego nas alturas, salário real despencando e fuga de capitais. (MARINGONI, 2009)

Para conseguir um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares com o FMI o governo pactuou um

pacote que incluía a desvalorização da moeda nacional, redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade. A gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes de transporte coletivo. Na prática, esses reajustes chegaram também a 100%. Nada disso havia sido ventilado durante a campanha. (MARINGONI, 2009, p. 70)

As medidas do acordo com o FMI foram a gota d'água para a população. Os primeiros protestos começaram no dia 27 de fevereiro de 1989 nos terminais de transporte de cidades vizinhas a Caracas. Rapidamente as ações chegaram a Caracas e a outras cidades do país, com a construção de barricadas, saques a caminhões e depredações. Do Terminal Nuevo Circo, na capital, os manifestantes marcharam até a Avenida Bolívar e bloquearam o trânsito com barricadas em frente ao busto de Simón Bolívar. (MARINGONI, 2009)

O cenário era de caos e, na madrugada, o exército interveio, mas não foi suficiente para interromper o que ficou conhecido como *Caracazo*. Protestos fervilhavam nas principais cidades. No segundo dia, o presidente anunciou ao vivo um toque de recolher e a suspensão das garantias constitucionais. (MARINGONI, 2009)

A partir desse momento as forças repressivas atacaram com tudo: soldados inexperientes munidos com fuzis de alto poder destrutivo disparavam contra os manifestantes. A contagem de mortos nos cinco dias de protesto fica entre 396 e 1500, de acordo com informações fornecidas por familiares, grupos de direitos humanos e centros médicos. (MARINGONI, 2009)

O governo seguia o receituário neoliberal, com eliminação de regulações bancárias, venda de três bancos públicos, privatização da companhia nacional de telefones, do sistema de portos, da linha aérea Viasa, abertura de setores estratégicos ao capital privado, entre eles a própria indústria petroleira. A Venezuela encerrou 1989 com queda de 8,1% no PIB, inflação de 81% e quase metade da população abaixo da linha da pobreza (dois anos antes esse número era de 15%) (MARINGONI, 2009)

Entre agosto de 1990 e março de 1991, houve um breve aumento do preço internacional do petróleo. George Bush, então presidente dos EUA, visita Caracas para acordar um aumento do fornecimento de petróleo devido à perda de acesso dos Estados Unidos ao petróleo do Kuwait e Iraque. A Venezuela vê isso como uma oportunidade para exportar mais do que permitiam as cotas da OPEP e, quando a instituição pressiona para que as cotas sejam respeitadas, o presidente vê como saída avançar na agenda de privatizações como compensação para a balança de pagamentos. Pérez torna realidade a “abertura petroleira” com a justificativa de que ela atrairia mais investimentos privados. A PDVSA se descolou ainda mais do Estado. (MARINGONI, 2009)

Conseguiu-se, no início da década de 1990, alguma recuperação nas contas, mas o descontentamento popular era tremendo. Em meio a denúncias de corrupção, houve protestos contra a alta dos custos de vida, com o assassinato de vinte manifestantes. (MARINGONI, 2009)

Passemos agora ao segundo protagonista deste trabalho. Hugo Chávez tinha 28 anos quando participou de sua primeira ação política pública. Era militar paraquedista na base de Maracay quando um comandante pediu que discursasse em homenagem aos duzentos anos de Simon Bolívar. Maringoni (2009) conta que, de improviso, Chávez mostrou seus dons oratórios, uma de suas características mais lembradas até os dias de hoje, denunciando a desigualdade na América Latina.

O primeiro grupo político do qual Chávez fez parte foi o Exército de Libertação do Povo da Venezuela (ELPV), agremiação que pretendia organizar uma rebelião, mas não foi para frente. Sua trajetória política que o levou até a presidência começa, de fato, no Movimento Bolivariano Revolucionário 200, fundado em 17 de dezembro de 1982 debaixo de uma árvore com um juramento²:

² O Juramento del Samán de Güere, inspirado no juramento feito por Simón Bolívar no Monte Sacro em 15 de agosto de 1805, quando jurou lutar sem trégua pela libertação nacional.

Juro por el Dios de mis padres, juro por mi patria, juro por mi honor que no daré tranquilidad a mi alma ni descanso a mi brazo hasta no ver rotas las cadenas que oprimen a mi pueblo por voluntad de los poderosos. Elección popular, tierras y hombres libres, horror a la oligarquía. (VALDEZ, 2022)

A repressão contra a população durante o Caracazo indignou parte das forças armadas e o MBR-200 aos poucos crescia entre as unidades militares do país. O grupo passa a se reunir com outras organizações de esquerda, como o PRV - Partido da Revolução Venezuelana, com o objetivo de traçar uma estratégia revolucionária de longo prazo, aliando militares e movimentos populares. (MARINGONI, 2009)

O governo de Carlos Andrés Peres estava em frangalhos e cresciam os rumores de golpe militar, não apenas por parte da esquerda. Nem a Central de Trabalhadores da Venezuela, sob o comando da AD, partido do presidente, o apoiava. A CTV - Central de Trabalhadores da Venezuela convocou uma greve geral para o dia 7 de novembro. Para Maringoni (2009, p. 91), este fato expressa o fim de um dos pilares do puntofijismo: “a estreita vinculação entre partidos políticos, poder de Estado e movimento social”.

Aproveitando-se da impopularidade e crescente perda de apoio político do governo, o MBR-200 decide fazer uma sublevação armada. O plano Ezequiel Zamora, em homenagem ao general da Guerra Federal, chegou aos ouvidos do Ministro da Defesa, Fernando Ochoa Antich, antes que se concretizasse. Os militares do movimento pretendiam deter o presidente quando chegasse do exterior. Quando desembarcou, Peres foi surpreendido, não pelos insurgentes, mas pela presença da Guarda Nacional e da Infantaria da Marinha, esperando para protegê-lo. (MARINGONI, 2009)

Enquanto isso, ocorriam ações simultâneas em frente ao palácio de Miraflores, em *La Casona* (residência presidencial), na *Base Aérea Generalísimo Francisco de Miranda* e em diversos quartéis, guarnições e aeroportos. O MBR-200 conseguiu deter o comandante geral da aviação Eutimio Fuguet Borregales e o alto comando da Força Aérea. (MARINGONI, 2009)

Enquanto Miraflores estava sitiado, Peres consegue sair de *La Casona* e se deslocar para a sede do executivo, onde faz um pronunciamento repudiando a rebelião, acusando-os de genocidas e totalitários. Se, por um lado, o Ministro da Defesa tentava negociar com os amotinados, o presidente deu a ordem de que se cumprisse uma dura repressão. Devido à presença reduzida no Forte Tiúna os militares insurgentes foram rapidamente sufocados. Percebendo que se continuassem seriam dizimados, o movimento decide se render. Doze

horas após o início, Chávez diz que se entregaria se pudesse fazer um breve pronunciamento à nação. (MARINGONI, 2009)

O discurso, que durou menos de dois minutos, apresentou o tenente-coronel ao povo venezuelano e mudou a trajetória do país:

Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de pára-quedistas de Aráguá e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. [...] Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado. (MARINGONI, 2009, p. 95-96)

Meses depois do motim militar, pesquisas de opinião apontavam que 64,7% consideravam Chávez uma possibilidade para governar o país. Mesmo falha, a tentativa de golpe colocou o jovem militar diante do povo venezuelano e seu discurso mostrou que era possível romper com um sistema que não satisfazia as necessidades do povo. (MARINGONI, 2009)

A reação do governo foi abafar qualquer repercussão sobre o ocorrido e aprovar no Senado a suspensão das garantias constitucionais, alegando que a democracia do país estava em grande risco. No momento em que a medida era discutida, Rafael Caldera, do COPEI, discorda da medida, coloca-se como opositor do governo e legitima a tentativa de golpe do MBR-200, proferindo a frase que se tornaria emblemática: “A democracia não pode existir se os povos não comem”. Em seus últimos momentos, o governo de Carlos Andrés Peres, extremamente impopular, enfrentava diversos protestos e mais uma rebelião militar, desta vez por parte da Aviação. Em maio de 1993, Peres é deposto por investigações de um orçamento secreto que teria sido desviado para Violeta Chamorro, presidente da Nicarágua. Em seguida, foi condenado a dois anos e quatro meses de prisão domiciliar. (BARROS, 2007; MARINGONI, 2009)

Rafael Caldera soube aproveitar o momento certo e seu discurso no Senado o fez ressurgir diante da população. O fundador do COPEI deixou o partido e lançou sua

candidatura à presidência por uma coalizão de pequenos partidos. Desde a década de 1960, quando o Pacto de Punto Fijo foi firmado, essa foi a primeira vez que AD e COPEI não dominaram de forma avassaladora as porcentagens de votos: Claudio Fermin da AD obteve 23,6%, Osvaldo Paz do COPEI, 22,73% e Andrés Velásquez, do La Causa R recebeu 21,95%. Rafael Caldera foi eleito com 30,46% em um pleito com recorde de abstenção. 38,84% dos eleitores não compareceram às urnas, o que, para Maringoni (2009), é mais um sinal da descrença popular nos partidos existentes e na democracia representativa do país.

O governo de Caldera, que conseguiu se eleger por fazer oposição a Peres, denunciando a miséria a que o povo venezuelano estava submetido, na prática não foi diferente. O programa de governo prometia reverter algumas privatizações do governo anterior, mas, segundo Barros (2007), assim que a crise se aprofundou, Caldera retomou o receituário neoliberal. A situação econômica do país estava péssima e o Estado interveio em treze bancos, gastando 12% do PIB. O governo desvalorizou o bolívar e instituiu um controle de câmbio e de preços, na tentativa de estancar a perda de reservas do Banco Central. A inflação atingiu o recorde de 103% ao ano ao mesmo tempo em que os preços do petróleo despencavam. (BARROS, 2007; MARINGONI, 2009)

Rafael Caldera propõe a “Agenda Venezuela”, programa alinhado ao Consenso de Washington, como saída para a crise profunda e generalizada que assolava o país. (BARROS, 2007) A Agenda, preparada pelo Ministro do Planejamento, Teodoro Petkoff, anunciava aumento de impostos e do preço da gasolina, fim do controle de câmbio e de preços e corte de gastos públicos. Ainda se delineava a privatização de muitos bens públicos. Como prelúdio da pretendida privatização da PDVSA, a política petroleira se materializou na chamada “abertura petroleira”, que consistia no aumento da produção de petróleo, ignorando a política de cotas da OPEP. Esse aumento na produção abaixava os preços da *commodity*, o que era ótimo para países importadores como os Estados Unidos. O setor privado tinha cada vez mais espaço na companhia por meio de concessões e convênios de longa duração. A parte da produção paga ao poder público em forma de *royalties*, impostos sobre a renda e exportação, que até 1993 girava em torno de 65% da receita bruta da companhia, caiu para a casa dos 30% no governo Caldera. Os *royalties* do Estado, definidos em 16,6% na Lei de Hidrocarbonetos de 1943, foram reduzidos para 1%, com vistas à eliminação do pagamento. (MARINGONI, 2009)

O país obteve um empréstimo de 7 bilhões de dólares junto ao FMI, com as contrapartidas já familiares ao país e ao resto da América Latina. Desmonte de serviços públicos pelo corte nos gastos que fazem a qualidade de vida dos venezuelanos despencar.

Maringoni (2009) apresenta dois fatores que impediram o avanço da “abertura petroleira”: a queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 1997 e a resistência por parte de setores sociais.

2.1.2 A disputa presidencial de 1998

A mentalidade política que vinha se construindo em meio à opinião pública era de deslegitimidade e desconfiança nos partidos tradicionais. Desde a década de 1980, o discurso da antipolítica ganhou força. Deste modo, as classes dominantes tentaram lançar como seu candidato à presidência alguém “de fora” da política institucional; o escolhido foi o presidente da PDVSA Luis Giusti. No entanto, a queda dos preços do petróleo afetou a popularidade do empresário. (MARINGONI, 2009)

Descartada esta possibilidade, os partidos de Punto Fijo estavam confusos, lançando candidatos e depois os expulsando do partido, apoiando um, depois apoiando outro quando percebiam que o primeiro não tinha viabilidade de vitória. Até as vésperas da eleição esse foi o comportamento da AD e COPEI, quando então passaram a apoiar o candidato do partido conservador Projeto Venezuela, Henrique Sallas Römer. A incoerência na ação de partidos como AD e COPEI foi benéfica a Chávez, que, além da popularidade crescente desde a tentativa de golpe, passou a ser visto como coerente por manter-se firme em seus objetivos e alianças. (MARINGONI, 2009)

O tenente-coronel se tornou, na prisão, um “político em tempo integral”, recebia visitas, debatia, dava entrevistas. Em um primeiro momento, era contrário à utilização da via eleitoral para atingir seus objetivos de dissolução do Congresso e Assembleia Constituinte. Em meados de 1996, Chávez começa a mudar de ideia, mas não queria participar de qualquer legenda já existente. Os militantes do MBR-200, que não se adequava à estrutura exigida para a participação nas eleições, fundam o partido MVR - Movimento V República³, legenda sob a qual Hugo Chávez foi eleito presidente em 6 de dezembro de 1998, com 56,2% dos votos. O principal opositor, representante de Punto Fijo e das elites econômicas obteve 32,97%. (MARINGONI, 2009)

³ Como não era possível adotar o nome do MBR-200, Chávez e seus companheiros decidiram por este nome por dois motivos. O primeiro vem da constatação de que a Venezuela teve quatro repúblicas até o momento, e a eleição de Chávez representaria uma refundação da democracia no país, um novo capítulo. O segundo é que a pronúncia das siglas MBR e MVR é quase idêntica em espanhol, facilitando a associação do partido ao movimento que já era conhecido pela população.

2.2 Governo de Hugo Chávez Frias (1999-2006)

Barros (2007) apresenta uma análise dos planos econômicos e políticos de Hugo Chávez para a Venezuela entre os anos de 1998 a 2006. O autor divide esse período em quatro momentos: 1. Programa de Governo do MVR; 2. Mudança da ordem, que engloba o Programa Econômico de Transição, a conquista da estabilidade do poder e o Programa Econômico de 2001; 3. A inflexão política com o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação e a resposta conservadora; 4. O Estado Controlado.

2.2.1 Programa de Governo do MVR

O programa de governo do MVR para o mandato de 1999 a 2003, “A proposta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela: uma revolução democrática”, começa reconhecendo o caráter mono-exportador da economia como um problema a ser resolvido e, para isso, propõe-se dois objetivos. O primeiro é construir um sistema econômico autogerido por meio de cooperativas e outros tipos de organizações autônomas visando uma democratização econômica que poupe divisas, crie empregos e diversifique a produção. O segundo objetivo, que complementa o anterior, é construir um sistema econômico competitivo. O caminho apontado é saber aproveitar as vantagens comparativas e competitivas do país, a fim de competir com as mercadorias estrangeiras, elevar a produtividade e, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades da população e lograr um desenvolvimento científico e tecnológico. (BARROS, 2007)

A análise do diagnóstico e propostas do documento indica que o petróleo seguiria como principal sustentador do comércio exterior venezuelano, enquanto a economia interna deveria ser diversificada. O documento tece críticas à “abertura petroleira” quando diz que ela foi uma política de concentração de riqueza e poder. A superação da abertura e da dependência secular da economia venezuelana no petróleo só seria possível a partir de uma mudança estrutural no papel do estado. (BARROS, 2007)

Partia-se da percepção de que, nos últimos anos, se teria agravado uma distribuição regressiva da renda e uma exclusão da população da atividade produtiva. O programa propõe que, apesar de o mercado ser o mecanismo central da atividade econômica e da distribuição de recursos, é benéfica a incorporação de outras formas organizativas como o cooperativismo e as associações estratégicas de consumidores e produtores. Por meio dessa combinação buscar-se-ia uma diversificação da produção e agregação de valor que permitisse aumentar os níveis de consumo e poupança. (BARROS, 2007)

Barros (2007) avalia o programa de governo como “um conjunto de enunciados gerais” que colocava grandes pretensões sem delinear exatamente como atingiria seus objetivos. No que tange à política monetária, fiscal e à dívida pública, o plano era ortodoxo, reforçando a autonomia do Banco Central, o equilíbrio macroeconômico e o pagamento rigoroso da dívida interna e externa. A diminuição da inflação é um dos temas prioritários, mas também não é muito bem elaborado como isso seria feito. Embora afirme que o Estado manterá a propriedade das duas mais importantes empresas energéticas (PDVSA e Eletrificación de Caroní), o programa do MVR não expressa intenção de colocar o Estado como produtor direto. Até o momento não se pode perceber ruptura alguma com o neoliberalismo e o modelo do Consenso de Washington que guiou os últimos governos de Punto Fijo. (BARROS, 2007)

2.2.2 Programa Econômico de Transição, a conquista da estabilidade no poder e o Programa Econômico de 2001

Chávez assumiu sem maioria no parlamento ou força política que sustentasse mudanças radicais e, como avaliado por Barros (2007), não tinha um projeto claro em seu programa de governo. Para sobreviver, o Governo Chávez precisaria encontrar maneiras de estabilizar a economia e recuperar os preços internacionais do petróleo. (BARROS, 2007)

Para isso, colocou-se em prática o Programa Econômico de Transição, pensado para os anos de 1999 e 2000, com a liderança da Ministra da Economia do governo anterior, Maritza Izaguirre nos primeiros nove meses. Em conjunto com o plano, pretendia-se rearticular a OPEP e fazer um plebiscito para a convocação de uma assembleia constituinte. O plano era previsto para o curto prazo a fim de recuperar a terrível situação socioeconômica instaurada nas últimas duas décadas e criar bases para um crescimento vigoroso, mas dentro do equilíbrio macroeconômico. O documento anunciava que o Estado tinha o papel de promover as atividades econômicas privadas, regular a concorrência, favorecer o investimento nacional e estrangeiro, dando segurança jurídica aos capitais que operassem no país. (BARROS, 2007)

A partir do controle do câmbio real, a taxa de inflação dos bens tangíveis seria paulatinamente reduzida, conseqüentemente reduzindo a taxa de inflação geral da economia. A diminuição da inflação seria sustentada em uma âncora cambial nominal, mantendo o esquema de bandas cambiais do governo anterior e uma política monetária restritiva. A

política fiscal era contracionista, com aumentos previstos para as receitas ordinárias, como os tributos petrolíferos e a reorientação dos gastos públicos. (BARROS, 2007)

Além disso, executou-se uma política de abertura petrolífera e defesa dos preços do petróleo. Estabeleceram-se sistemas de crédito para pequenos proprietários agrícolas e houve fortalecimento das pequenas e médias empresas. Sobre a questão agrícola, Barros (2007) pontua que nem o Programa de Transição nem o Programa de Governo fazem menção a planos especiais para financiamento agrícola ou ao papel que a agricultura nacional poderia e deveria cumprir no crescimento econômico. Isso é curioso, já que o país importava desde os anos 1970 até aquele momento de 70 a 80% de todo alimento consumido. (BUENÃÑO, 2005)

[...] o êxodo rural provocado pelo estabelecimento da indústria petrolífera também trouxe consigo uma consequência grave e que é enfrentada até os dias de hoje: o declínio e a precariedade das atividades agrícolas estabelecidas no país. Tal situação faz os índices de importação de víveres e outros produtos alimentícios atingirem patamares extremamente elevados. (CICERO, 2015, p. 45)

A principal preocupação era evitar crises internas ou externas que prejudicassem a estabilidade econômica e governamental, ambas necessárias para que Chávez pudesse dar os próximos passos. Além do programa econômico ortodoxo, Chávez fez um acordo com o FMI. Segundo Barros (2007), a opção pela estabilidade foi bem-sucedida, especialmente considerando-se a situação do produto de que o país dependia, pois os preços do petróleo atingiram o menor patamar desde o começo da década de 1970. (CANO, 2002; BARROS, 2007)

Na intenção de aumentar a receita do petróleo buscou-se rearticular a OPEP, com viagens internacionais de Chávez a países produtores do Oriente Médio, recolocando a Venezuela na liderança do cartel. Sendo assim, a OPEP restringiu a oferta de petróleo, o que, em conjunto com o aumento da demanda global, causou um aumento no preço do barril de 9 dólares no início de 1999 para 20 dólares na primeira metade de 2001. Em razão dos atentados de 11 de setembro, os preços cresceram ainda mais após esse período. (BARROS, 2007)

Com o acréscimo nos proventos do petróleo, o governo buscou reacender a economia, baixando os juros e aumentando a liquidez. Recuperou-se parte da carga tributária total,

porém o dinheiro devia ser destinado ao FIEM - Fondo de Inversiones para la Estabilización Macroeconómica, criado antes do governo Chávez para amortecer os efeitos da flutuação dos preços do petróleo na economia. O PIB, que estava em queda nos anos anteriores a Chávez, cresceu em média 3,5% neste período. Os índices de formalização do trabalho cresceram de 46% em 1999 para 50% em 2001, mas a taxa de desemprego ainda era um problema a ser resolvido. A arrecadação de tributos foi de 16,4% do PIB em 1998 para 19,8% em 2001. De todos os dados, talvez o mais interessante para este trabalho seja o de que, mesmo executando um plano econômico ortodoxo, o governo aumentou expressivamente os gastos sociais. Como mostra a tabela a seguir, os investimentos em saúde, educação e infraestrutura crescem ainda mais no período a ser analisado adiante, após a Assembleia Constituinte e a chamada refundação da república. (BARROS, 2007)

Tabela 1: Gastos do governo em % do PIB – 1998 a 2004

	Gastos em educação	Gastos em saúde	Gastos em infra-estrutura
1998	3,2	1,3	0,5
1999	3,8	1,4	0,5
2000	4,4	1,3	0,6
2001	4,7	1,5	0,5
2002	4,8	1,6	0,4
2003	4,6	1,5	1
2004	5,1	1,5	1,3

Fonte: BARROS, 2007, p. 112.

Para conseguir avançar em seus objetivos políticos, o MVR precisava fazer mudanças institucionais que permitissem retirar a maioria parlamentar das mãos da oposição e frear os intentos de privatização da PDVSA. O *slogan* eleitoral de “refundar a república” se materializa em 25 de abril de 1999 no plebiscito para a constituinte, aprovada com mais de 80% dos votos. A Assembleia Constituinte foi formada em julho por 131 membros eleitos, dos quais 119 eram da base do presidente. O órgão debatia um projeto de país novo, em contraste com as estruturas do passado, que, por sua vez, eram relacionadas ao atraso, à corrupção. (BARROS, 2007)

No plano simbólico, figuras históricas da luta popular e anticolonial foram resgatadas e o nome de Simón Bolívar foi incorporado ao nome oficial do país que passou a ser chamado “República Bolivariana da Venezuela”. A nova constituição extinguiu o legislativo bicameral, dando lugar à Assembleia Nacional. Para mudar o judiciário, onde quase todos os juízes eram dos tempos de Punto Fijo, a solução foi a criação dos poderes “cidadão” e “eleitoral”, tirando a exclusividade do poder judiciário na fiscalização das contas do governo, na defesa dos interesses da população, que cabia ao Ministério Público, e na organização das eleições.

A nova Constituição dizia que as políticas sociais, além de garantir direitos, tinham finalidade educativa e emancipatória, pois capacitavam o povo venezuelano a participar diretamente da vida política por meio de novos instrumentos criados para esse fim, a serem tratados posteriormente neste trabalho. Portanto, pretendia-se mudar a relação clientelista entre Estado e cidadão característica de toda a história anterior do país. (BARROS, 2007)

Na questão do petróleo houve um marco de extrema relevância: definiu-se constitucionalmente que a PDVSA não poderia ser privatizada. Em seu artigo 303, a *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* define que,

Por razones de soberanía económica, política y de estrategia nacional, el Estado conservará la totalidad de las acciones de Petróleos de Venezuela, S.A., o del ente creado para el manejo de la industria petrolera, exceptuando las de las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela, S.A. (VENEZUELA, 1999)

Em suma, para Barros (2007, p. 117), o período de 1999 a 2001 serviu para “criar as regras do jogo da V República”, diminuindo o poder dos grupos de Punto Fijo e criando mecanismos por meio da nova Constituição para refundar a república e colocar em prática um novo projeto de país.

O programa econômico de 2001 previa que, após feitos os ajustes necessários com o plano de transição e com a nova Constituição, a Venezuela daria início a um período de crescimento econômico “consistente e com baixa inflação”. Esperava-se um crescimento do PIB à taxa de 4,5% e a inflação abaixo de 10%. Houve uso da política cambial para redução da inflação sem contribuição expressiva das políticas monetária e fiscal. Devido aos acontecimentos a serem tratados a seguir, que geraram instabilidade política e econômica no

país, Barros (2007) considera difícil avaliar profundamente as consequências do programa econômico de 2001, com o que concordamos.

2.2.3 Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação e a resposta conservadora

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação foi apresentado pelo governo como referência do que pretendia alcançar de 2001 a 2007. Ele se ancora na nova Constituição propondo um avanço na atuação do Estado, que deveria, no entanto, coexistir com a economia de mercado. Uma das aspirações era elevar a taxa de investimento estatal a 20% do PIB, com uma melhor distribuição dos recursos e com competitividade, produtividade e consistência. Vale ressaltar o destaque que o Plano confere à redução das desigualdades e melhora na vida dos venezuelanos:

El equilibrio social estará dirigido a alcanzar y profundizar el desarrollo humano, mediante la ampliación de las opciones de las personas, el ofrecimiento de mayores y mejores oportunidades efectivas de educación, salud, empleo, de ingresos, de organización social y de seguridad ciudadana. El Gobierno Nacional asumirá la lucha por la superación de las profundas y amplias desigualdades sociales, no como acciones benéficas y asistenciales, para curar las heridas de los excluidos del mercado, sino como objetivos sociales y económicos contemplados en la Constitución de la República Bolivariana, como condiciones para alcanzar la ciudadanía, porque incluye, además de los derechos políticos, los derechos económicos y sociales de la población. De la misma manera, se asumirá que la lucha contra las desigualdades y la pobreza tendrá en cuenta la eficiencia económica, pero no subordinada a sus restricciones[...]. (MPD, 2001, p.18)

No plano macroeconômico, o documento afirma a necessidade do equilíbrio nas contas públicas, com um sistema de bandas cambiais para “neutralizar los ataques especulativos que puedan originarse en capitales golondrina, o en expectativas irracionales a que está expuesto el mercado monetario y cambiario.” (MPD, 2001, p.17).

Bueñano (2005) diz que não é a primeira vez que se propõem tais medidas, mas é a primeira vez em que realmente se cumpre. Ainda, o autor critica a demora na ação do governo em questões sociais latentes, que, segundo ele, só receberam a devida atenção três anos depois com o lançamento das Missões Sociais. Barros (2007) defende que a política

chavista se constrói na ação, pois muito do executado, especialmente após 2003, não estava presente no Plano, como o controle de capitais, as Missões Sociais e algumas das mudanças na PDVSA.

Ainda sobre o Plano de Desenvolvimento, foram feitas mudanças expressivas na política petrolífera que desagradaram setores da classe dominante, em especial a privilegiada casta de diretores da PDVSA. O plano definia a atividade como uma “indústria industrializadora” e a atuação do Estado nesta deveria crescer, diminuindo a autonomia da companhia em relação ao poder público. A OPEP deveria ser fortalecida para garantir um controle da oferta e dos preços do produto. A PDVSA passaria por adequações, priorizando o investimento privado nacional e avaliando a rentabilidade dos investimentos no exterior. Até este momento, a diretoria da PDVSA era composta quase inteiramente por gestores fiéis à “*apertura petrolera*”. Acostumados com grandes regalias, segundo Barros (2007), dificilmente aceitariam perder os benefícios do grupo mais privilegiado da Venezuela. (BARROS, 2007)

A nova lei de hidrocarbonetos, decretada em novembro de 2001 em um pacote de 49 leis, reforçou o controle estatal do petróleo e determinou que a contabilidade interna da PDVSA deveria ser feita separadamente das atividades externas, o que deixou claro que as atividades davam prejuízo e permitiam apropriação indevida dos lucros petrolíferos pelos gestores da empresa. O descontentamento das classes dominantes com a nova política petrolífera, a lei de terras e a lei de pescas era traduzido em constantes ataques da mídia tradicional ao presidente. (BARROS, 2007)

Chegamos a um momento crucial da história recente do país, possivelmente um dos mais difíceis dos governos de Chávez. Insatisfeita com as mudanças na política do país, a oposição tenta um golpe de estado em 11 de abril de 2002, mas fracassa. A organização golpista, que teve apoio de quase todos do comando da PDVSA, deu início a uma greve patronal que englobou a PDVSA e as empresas transnacionais do país.

A greve foi uma pancada na economia do país: a produção de petróleo chegou a níveis próximos de zero⁴ e a inflação, que nos dois anos anteriores era de 15,2%, saltou para 29,2% no ano de 2002. O PIB, que crescia, caiu 8,8% no mesmo ano.

Em 2 de fevereiro, o governo fez um acordo com a oposição para flexibilizar o *paro petrolero*, como a greve ficou conhecida. No referendo revogatório *El Firmazo*, de 2004, o presidente Hugo Chávez saiu vitorioso, podendo prosseguir no comando do país.

⁴ Para contornar a crise de abastecimento que o *paro* causou, o governo contou com a ajuda de milhares de técnicos cubanos para trabalhar temporariamente na PDVSA.

Após o *paro* deu-se início a uma reforma na estatal. Toda a direção foi substituída e mais de 17 mil funcionários foram demitidos por traição à pátria. A empresa rapidamente se recuperou e os níveis de produção foram restabelecidos. Em suma, a reforma petroleira teve início com a Constituição de 1999, avançou com as Leis Habilitantes de 2001 e atingiu seu ápice com as reformas na estrutura da companhia petroleira após a greve. Ela atestava o controle do poder público sobre os recursos de petróleo e o direito a uma contribuição patrimonial pelo acesso ao recurso natural. As atividades da PDVSA foram reduzidas à exploração, extração, transporte, refino e distribuição de hidrocarbonetos e produtos derivados, retirando do escopo da estatal atividades financeiras especulativas. (BARROS, 2007)

Apesar da crise momentânea que prejudicou a economia do país e a vida dos mais pobres, o *paro* e a tentativa de golpe fortaleceram o governo, pois deram legitimidade para ir adiante com a reforma petroleira de forma mais intensa do que se pretendia. No plano internacional, acontecimentos como a invasão do Iraque e a política de George W. Bush fizeram o preço do petróleo subir bastante, o que deu a Hugo Chávez uma posição confortável para políticas internas, mas também para negociações de política externa. (BARROS, 2007)

Quanto à política externa do governo Chávez no período analisado, podem-se perceber dois eixos centrais: a ênfase na integração latino-americana e caribenha e o uso sistemático do petróleo como instrumento de negociação. Eram constantes nos discursos do presidente e em documentos como o Plano de Desenvolvimento da Nação alusões à necessidade de união e cooperação entre os países latino-americanos, tendo em vista o passado colonial similar e o lugar de dependência no capitalismo internacional a que estão sujeitos até os dias de hoje. A crítica e a desconfiança à hegemonia estadunidense, à globalização e ao neoliberalismo também orientavam a política externa de Chávez. (BARROS, 2007)

Barros (2007) cita alguns momentos que exemplificam essa orientação, como quando o governo apoiou o candidato chileno Jose Miguel Insulza nas eleições para a secretaria geral da OEA, a contragosto dos EUA; quando, em 2005, na Cúpula das Américas de Mar del Plata, barrou os Estados Unidos de rerepresentarem a proposta da ALCA; ou quando a Venezuela deixa a CAN - Comunidade Andina de Nações, depois de Hugo Chávez – que presidia a organização naquele momento – perceber que sua atuação ali não renderia os frutos esperados quanto ao fortalecimento do multilateralismo, algo que ficou claro sobretudo após a assinatura dos TLCs, que eram acordos bilaterais de livre comércio entre EUA, Colômbia,

Equador e Peru. Vale mencionar que, neste período, a Venezuela entrou no Mercosul como membro associado. (BARROS, 2007)

Desde o começo da história petroleira da Venezuela, o hidrocarboneto sempre foi o principal produto de barganha do país, guiando em maior ou menor grau a política externa. No governo de Hugo Chávez não foi diferente. Além da rearticulação da OPEP de que já comentamos, o governo chavista vendia petróleo com longos prazos de pagamento para países do Caribe e América do Sul. Apesar das críticas à hegemonia norte-americana, os Estados Unidos naquele tempo eram destino de 80% da produção de hidrocarbonetos da Venezuela. (BARROS, 2007)

2.2.4 O Estado Controlado

Em junho de 2004, após vencer o referendo revogatório, Chávez proclama o mote “socialismo do século XXI” como resumo de seu projeto político. Muitas das novidades anunciadas já estavam em atividade e o governo tinha bons índices de aprovação. Barros (2007) chama este período de Estado Controlado, pois, após a tentativa de golpe e o *paro petrolero*, a oposição não conseguia impedir completamente qualquer decisão do governo. Isso se deve ao apoio popular conquistado, ao controle dos ingressos do petróleo e às mudanças constitucionais.

Os eixos sustentadores dessa estabilidade e momento de crescimento são diversos, passando pela modificação da Lei de Hidrocarbonetos, que aumentou os *royalties* cobrados pela exploração de petróleo; pela adoção do controle de câmbio, que dobrou as reservas de dólares; pela nova lei do Banco Central; pela concepção do FONDEN⁵; pelo aumento da arrecadação de impostos em mais de 50%; pela ampliação dos investimentos em indústrias básicas; pelas Missões Sociais que mudaram substancialmente o quadro socioeconômico do país e pela reforma agrária feita pelo Ministério da Agricultura e Terras. (BARROS, 2007)

No que tange à macroeconomia, após a imensa fuga de capitais decorrente da greve petroleira, foi instaurado um controle de capitais que limitava a cota de importação por pessoa física, e proibia a compra e venda de moeda estrangeira no país. O governo fixou a taxa de câmbio, que passou a ser corrigida anualmente. Uma mudança na legislação do Banco Central tornou possível utilizar parte das reservas, que agora tinham de sobra, em programas sociais por meio de fundos como o FONDEN. (BARROS, 2007)

⁵ O *Fondo Nacional de Desarrollo* reservava recursos para financiar setores como indústrias básicas, petróleo, gás, infraestrutura, transportes e habitação. As empresas de produção social (EPS) estão ligadas ao fundo.

Em 2005 foi criado o Ministério de Indústria Básica e Mineração (MIBAM). Segundo o próprio governo, a intenção do novo ministério era diagnosticar e aproveitar as vantagens comparativas que o país possuía para alçar um desenvolvimento independente e endógeno através da criação de EPSs - Empresas de Produção Social para estes setores. No ano seguinte, o ministério anuncia a criação da Companhia Nacional de Indústria Básica (CONIBA), encarregada das EPSs, empresas autogeridas e sem fins lucrativos, financiadas pelo Estado, com monopólio de atuação em alguns setores. A PDVSA era uma das incentivadoras das EPSs. Assim como as Missões Sociais, as EPSs não têm apenas objetivos econômicos, mas também políticos e sociais, buscando incitar a organização popular, fortalecer novas indústrias a fim de diminuir a dependência da exportação de petróleo e gerar empregos. (BARROS, 2007)

As EPSs se orientavam por dez objetivos estratégicos definidos pelo MIBAM:

1) o tipo de propriedade será coletivo, em função das comunidades; 2) o objetivo da empresa é gerar empregos e satisfazer as necessidades básicas e essenciais da população; 3) o tipo de relação de produção é baseado na solidariedade, na cooperação e na complementaridade; 4) a relação do indivíduo com o trabalho é do compromisso social e desenvolvimento integral, uma relação de consciência, não mercantil; 5) o tipo de bem que produzem tem a função de suprir necessidades básicas e essenciais da sociedade; 6) o caráter dos bens que produzem cumpre um papel social, não simplesmente mercantil; 7) a distribuição do excedente (superávit) é reinvestida na produção social e não apropriado como lucro pelos capitalistas; 8) o preço de venda (troca) é solidário e não-regido pela “mão-invisível do mercado”; 9) a localização territorial da empresa é dentro da comunidade, impulsionando a desconcentração de populações em todo o país; e 10) a relação com o meio-ambiente é de harmonia e não de depredação. (MIBAM, 2006, *apud* BARROS, 2007)

Não cabe a este trabalho julgar a validade do conceito “socialismo do século XXI” ou de quanto a chamada revolução bolivariana é fiel ou não à teoria política do socialismo, mas sem dúvida podemos perceber uma disparidade enorme entre o discurso inicial do chavismo de “mercado até onde for possível e Estado apenas onde for necessário” e um projeto ousado como o das EPSs.

As *Misiones Sociales* são as políticas mais conhecidas do governo Chávez pelo impacto que tiveram na qualidade de vida da população e nos indicadores sociais. O financiamento delas vem diretamente da PDVSA, através do fundo FONDESPA⁶, criado para este fim, e do FONDEN. Em 2005, criou-se um mecanismo adicional que determinou que a arrecadação de até US\$ 26 por barril destinar-se-ia aos pagamentos diversos cabidos à

⁶ Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País.

PDVSA, como salários e tributos, e o excedente deste valor seria destinado ao executivo para o financiamento de investimentos por meio dos dois fundos citados. (BARROS, 2007)

Eis a seguir uma breve apresentação de algumas das missões sociais desenvolvidas pelo governo de Hugo Chávez logo após o *paro petrolero*:

- Missão Barrio Adentro: Consistia em um acordo cooperativo em que a Venezuela trocava petróleo por assistência médica de Cuba a fim de suprir a defasagem destes profissionais especialmente em áreas mais pobres e de difícil acesso. Os médicos cubanos, que deveriam ser substituídos por médicos venezuelanos em um horizonte de seis anos, prestavam todo tipo de atendimento, seguindo os princípios da medicina integral praticada em Cuba. Além de receber médicos, venezuelanos foram recebidos em Cuba para se formarem. A construção dos postos de saúde, conhecidos como *Casas de la Salud y la vida*, foi feita com a participação direta dos moradores, que, no começo do programa, chegavam a hospedar os médicos cubanos em suas casas. O programa previa também a distribuição gratuita de medicamentos. (BARROS, 2007, D'ELIA, 2006)
- Missão Mercal: Chefiada pelo *Ministerio de la Alimentación*, combatia os oligopólios alimentícios e a insegurança alimentar. Foi criada uma rede de supermercados populares com itens subsidiados em torno de 40% do preço, chegando à gratuidade a depender do item e da região atendida. A missão abarcava desde a produção até o consumo final e o *Programa de Protección Nutricional* encaminhava pessoas com risco de desnutrição identificadas na missão Barrio Adentro para serem atendidas nos restaurantes populares mantidos pelas cozinhas comunitárias. (BARROS, 2007; D'ELIA, 2006)
- Missão Robinson: Responsável por alfabetizar a população, com metodologia cubana. A Venezuela recebeu o título da UNESCO de “território livre de analfabetismo” no final de 2005, mérito deste programa.
- Missões Ribas e Sucre: Tinham o objetivo de prestar auxílio àqueles que, por qualquer motivo, especialmente econômico, não puderam concluir os estudos básicos,

no caso da Ribas, e não conseguiram ingressar no ensino superior, no caso da missão Sucre.

- Missão Vuelvan Caras: A missão consistia em estratégias do governo para gerar empregos por meio da formação de cooperativas e qualificação profissional. O objetivo maior era “tirar a dependência da indústria nacional e dos oligopólios internos para criar um modelo produtivo, econômico e social que [fosse] além do capitalismo”. Os grupos executores desta missão eram chamados NDEs - Núcleos de Desenvolvimento Endógeno. (BARROS, 2007, p. 143)

Apesar de, na prática, as missões sociais enfrentarem limites e dificuldades de infraestrutura, administração, fiscalização e regulamentação, é notório que elas cumpriram um papel importantíssimo em reverter a situação de miséria e extrema desigualdade social acentuadas na Venezuela a partir da década de 1980. Além disso, um ponto importante a ser destacado é o papel que as Missões Sociais e as empresas de produção social tiveram como um vislumbre da proposta de “socialismo do século XXI” de Hugo Chávez. Não só políticas assistenciais, elas contaram com a participação direta da população, forjando poder popular e autonomia da classe trabalhadora. (BARROS, 2007)

A essa altura, já deve estar claro o tom melancólico de nossa exposição. Isso porque os problemas se sobrepujaram aos fenomenais avanços desses projetos. A nosso ver, a maior das dificuldades para sustentação das políticas propostas por Chávez está na forte dependência do petróleo como sua fonte de financiamento. E não apenas por se assumir uma única fonte de financiamento como predominante, mas também porque essa fonte de financiamento, aos moldes do que discutimos no Capítulo 1, diz respeito a uma *commodity* nada trivial, objeto de disputa e cobiça, e que enfrenta profundas transformações em sua forma de precificação e negociação no mercado internacional. Isso faz do petróleo um recurso altamente instável, fragilizando, assim, a capacidade de sustentação desse belo projeto de sociedade que Chávez busca inaugurar. Essa é a hipótese que norteia o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - RENTISMO E A *SIEMBRA PETROLERA*

O objetivo deste capítulo é discutir o fenômeno do rentismo petrolero e como este afeta o desenvolvimento econômico e social da Venezuela nos dois primeiros mandatos de Hugo Chávez. Além disto, menciona-se o simbolismo da *Siembra Petrolera*, que aparece na história da Venezuela em diversos momentos. Mobilizada também por Chávez, considera-se o quanto o período analisado se aproxima ou se afasta deste conceito.

3.1 Rentismo Petrolero

O rentismo petrolero é um fenômeno que acontece quando um Estado depende quase que exclusivamente da exploração e exportação de petróleo para se financiar, em detrimento do desenvolvimento de um setor produtivo mais robusto e diversificado. Schuldt e Acosta (2006) atestam que, a despeito da riqueza em recursos naturais ou de um alto PIB per capita, a realidade do capitalismo dependente mostra que estes países muitas vezes não possuem instituições sólidas e boa qualidade de vida para toda a população. Este “paradoxo da abundância”⁷ atinge especialmente os países latino-americanos produtores de petróleo.

La profusión de recursos naturales tiende, entre muchos otros procesos endógenos de carácter patológico, a distorsionar la estructura y la asignación de los recursos económicos, a redistribuir regresivamente el ingreso nacional y a concentrar la riqueza en pocas manos, mientras se generaliza la pobreza, se originan crisis económicas recurrentes y se consolidan mentalidades rentistas, además de profundizarse la débil y escasa institucionalidad, alentarse la corrupción y deteriorarse el ambiente. (SCHULDT; ACOSTA, 2006, p. 72)

Em países do capitalismo central, que começaram a explorar petróleo depois que já tinham construído uma base sólida de instituições e uma economia funcional – via colonização e espólio das riquezas do sul global –, o petróleo não é sinônimo de rentismo.

⁷ “A abundância de recursos naturais – minerais, hidrocarbonetos, água, terras agricultáveis, florestas entre outros – dos países da América Latina tem sido interpretada mais como um risco do que como uma oportunidade por parte relevante da literatura sobre desenvolvimento econômico. Entre a “benção” e a “maldição”, a análise estruturalista ou desenvolvimentista destacou a dimensão prejudicial – a “maldição” – para as economias baseadas no uso intensivo de recursos naturais [...]. Estabeleceu-se algo que podemos chamar de “paradoxo da abundância”, no qual a generosidade da natureza representada pela profusão de recursos naturais – que fez que os primeiros exploradores europeus das Américas preterissem as colônias do norte e cobiçassem as colônias do sul – origina, entre outros efeitos deletérios, baixo crescimento econômico no longo prazo.” (PAMPLONA; CACCIAMALI, 2017, p. 253)

(SCHULDT; ACOSTA, 2006) Nos países periféricos detentores de petróleo, como a Venezuela, o rentismo é um problema estrutural que leva muitas vezes à desindustrialização e ao que Bhagwati (1958) chama de um crescimento empobrecedor. A grande riqueza gerada pelo petróleo é uma “faca de dois gumes”. Barros (2007) menciona que, no caso venezuelano, até o final dos anos 1960 a sobrevalorização do bolívar decorrente do grande fluxo de petrodólares facilitou a importação de bens de capital e bens intermediários, indispensáveis à industrialização. No entanto, quando o limite para a absorção foi atingido, a sobrevalorização da moeda nacional se tornou um empecilho para o desenvolvimento, inclusive porque torna mais baratas as importações, criando uma concorrência predatória com produtos industrializados produzidos internamente.

Baptista (2004), explica que os ingressos do petróleo são majoritariamente renda da terra, que, como já dito, favorecem a entrada em massa de bens importados, que, por sua vez, fazem com que “a produtividade do trabalho não necessite ser maior que o crescimento dos salários reais” (BARROS, 2007, p. 47). Portanto, o uso exacerbado desses ingressos dentro da economia gera distorções na economia capitalista.

A acumulação segue uma sequência cuja dinâmica é determinada pela correlação de forças entre, de um lado, uma capacidade produtiva cujo ritmo de aumento vem determinado por elementos exógenos, e, de outro, pela expansão da demanda doméstica junto com uma simultânea contração estrutural do mercado externo. [...] o esgotamento do modelo rentístico ocorre a partir do ponto que é inviabilizada a compatibilidade entre a rentabilidade dos investimentos e a manutenção da remuneração dos trabalhadores. Neste momento, a sociedade entraria em estagnação, que apenas poderia ser superada dentro de outro modelo de acumulação. (BARROS, 2007, p. 48)

A superação dos efeitos negativos que a sobrevalorização da moeda traz consigo no longo prazo passa por uma intencional atuação do Estado no sentido de controlar a entrada excessiva de produtos importados, ao mesmo tempo em que se coloquem em prática políticas de diversificação da base produtiva. (BARROS, 2007)

[...] hay que hacer un esfuerzo enorme y sostenido para maximizar los efectos positivos de la extracción petrolera, sin perder de vista que el petróleo se acaba y que el desarrollo no se logra simplemente a partir de la extracción de los recursos naturales. Es preciso generar riqueza: ésa es la gran tarea. Si no se logra, se mantendrán vigentes tanto la maldición de la

abundancia como la paradoja de la riqueza natural. (SCHULDT; ACOSTA, 2004, p.88)

Nesse sentido, a baixa diversificação da estrutura de produção, inclusive como consequência da própria lógica rentista e da maldição dos recursos naturais, deve ser atribuída com grande peso ao Estado, à ausência de planejamento e condução em favor de uma política de industrialização. Longe de nós desejarmos argumentar que a industrialização é solução para todos os males e caminho certo rumo ao desenvolvimento. Marini (1992; 2005) oferece fartas demonstrações que contrariam essa leitura. Só o que queremos destacar é que, ainda que a diversificação da estrutura produtiva não solucione a dependência, restringi-la predominantemente a um único setor, ou – o que é pior – restringi-la à produção de uma única *commodity* e apostar nela todas as fichas na expectativa de estruturar uma lógica redistributiva interna a partir da renda extraída de sua exploração não suaviza a dependência, e parece ter sido o grande erro cometido por Chávez.

3.2 O Rentismo no Governo Chávez

A constatação da necessidade de diversificação da base produtiva na Venezuela não surgiu com Hugo Chávez. Gumersindo Torres, ministro da ditadura de Juan Vicente Gómez, defendia um recuo na política de concessões às transnacionais, defendendo uma maior cautela e controle por parte do Estado sobre as reservas de petróleo a partir do reconhecimento do papel central que estas cumpriam como propulsoras do desenvolvimento econômico do país. Juan Pablo Pérez Alfonzo foi ministro da junta presidida por Rómulo Betancourt e trilhou um caminho similar ao de Torres na defesa do nacionalismo petrolero. Quando não atuava mais na política, se dedicou a analisar os efeitos nocivos do rentismo na economia do país. Arturo Uslar Pietri defendia que os ingressos do hidrocarboneto fossem utilizados para financiar novas fontes de renda para o país. Ainda, defendia que o capital transnacional fosse utilizado para estes fins. (CICERO, 2015)

A partir dos exemplos supracitados, Cicero (2015) identifica dois caminhos tomados pelos antecessores de Chávez quanto à política petrolera, sendo eles a associação ao capital externo ou a nacionalização da cadeia do petróleo. Para o autor, Chávez tentou implementar uma combinação dos dois.

O programa eleitoral já abordado no capítulo anterior, apesar de reconhecer a dependência da economia venezuelana frente ao petróleo, não aponta caminhos para que ela seja superada de fato. Portanto, desde o início contava-se com a renda petrolera para a

redução das desigualdades sociais, um dos grandes objetivos do chavismo. Como tratado previamente, os primeiros anos do governo bolivariano foram dedicados à estabilização macroeconômica por meio de um plano ortodoxo, visando criar condições para as mudanças institucionais necessárias para dar segurança a propostas mais ousadas, como a constituinte e a reforma petroleira. O fortalecimento da OPEP, ativamente organizado pela Venezuela, em conjunto com outros fatores internacionais, fez os preços do petróleo subirem. Como é característico das nações rentistas, quando o petróleo vai bem, todo o resto torna-se mais fácil (enquanto, quando este vai mal, a situação fica exponencialmente pior).

A Lei de Hidrocarbonetos de novembro de 2001, parte das 49 Leis Habilitantes, ampliava o controle estatal sobre toda a cadeia de produção e comercialização do petróleo. Por outro lado, mantinha os negócios com o capital privado interno e internacional por meio das empresas mistas, compostas majoritariamente por capital estatal. As empresas mistas surgem no lugar dos “Convênios Operacionais”, supostamente para fazer jus à política de nacionalização do petróleo. O fato de a maioria das empresas estrangeiras que estavam sujeitas aos convênios terem concordado em operar sob o novo regime já é um sinal de que não iriam sair perdendo.

Isso por duas razões fundamentais: primeiro, pelo fato de se ter extinguido os convênios operacionais sem que também fosse excluída a vigência e a legalidade das empresas mistas, as quais passaram a funcionar como morada do capital privado nos negócios petroleiros firmados no país; segundo, pois o término dos vínculos contratados nos convênios - ponto fundamental para a afirmação do processo de socialização dos meios de produção segundo os planos para o “Socialismo do Século XXI” - ocorreu mediante acordos pactuados junto às transnacionais. Ou seja, não houve expropriações, já que os proprietários das empresas nacionalizadas foram ressarcidos a contento pelo Estado venezuelano. Por conseguinte, naquele momento, firmara-se um novo destino para a renda petroleira: prover massivas indenizações aos antigos proprietários de empresas e de bens a serem nacionalizados e transferidos, por força de lei, ao “poder popular” organizado pelos bolivarianos, na forma das cooperativas vinculadas ao governo e das recém-criadas empresas de produção social. (CICERO, 2015, p. 138)

Os 32 convênios operacionais foram transformados em empresas mistas, das quais a PDVSA seria sócia majoritária. No entanto, a maioria acionária não significou que todas as decisões referentes a tais empresas seriam guiadas pelo Estado. O processo deliberativo interno das empresas mistas definia o mínimo de concordância de 3/4 das ações com direito a voto para que uma decisão fosse implementada. Deste modo, o capital privado, que em

muitos casos ultrapassa 1/4 das ações, tinha posição importante nas decisões que tocavam na política interna das empresas. Nos extintos convênios, o capital privado somente era encarregado da parte operacional da exploração do hidrocarboneto. (CICERO, 2015)

Mais do que apontar para a influência do capital transnacional nos rumos da indústria petrolífera na Venezuela, cabe ainda destacar que, contemporaneamente, a partir do que resgatamos no Capítulo 1 deste trabalho, a exasperação da lógica financeirizada de acumulação de capital em nível mundial impõe sérias restrições ao projeto chavista de construção de um modelo de desenvolvimento de combate à pobreza e exclusão social sustentado na renda do petróleo. Por razões óbvias: sendo, como dissemos, fonte de disputa por poder e dinheiro, e operando sob a lógica especulativa, o petróleo se converte numa altamente instável fonte de renda, com o que se torna impossível garantir uma sólida estrutura de financiamento aos programas sociais e missões defendidos por Chávez. Quando os preços do petróleo vão bem no mercado internacional, tudo ótimo! Quando vão mal (e suas oscilações hoje em dia passam a depender muito pouco de capacidade produtiva, produtividade, oferta e demanda, qualidade do produto ou qualquer outro critério real, ficando muito mais vinculadas às expectativas de lucratividade e aos consequentes movimentos dos capitais de curto prazo que operam no setor), trata-se de crise profunda no Balanço de Pagamentos e absoluta incapacidade de geração de renda suficiente para financiar os projetos do governo. Simplesmente não há renda a ser distribuída. Quais não são os problemas quando, a isso, acrescentamos aspectos políticos que levam à imposição de sanções e à criação de barreiras ao comércio internacional de petróleo venezuelano (diga-se, para um país quase que plenamente dependente da exportação de petróleo para se manter de pé)?

3.3 O bolivarianismo logrou êxito na *Siembra Petrolera*?

Na literatura mobilizada até aqui pode-se perceber menção a três *siembras* do petróleo, expressão simbólica da ideia de “semear” o petróleo para “colher” desenvolvimento industrial e diversificação produtiva a partir do reconhecimento do rentismo como um problema a ser superado.

A primeira visão remonta a década de 1940, quando o presidente Medina Angarita e Arturo Uslar Pietri, ministro de *relaciones interiores*, demonstram preocupação com o potencial parasitário que os ingressos do petróleo poderiam causar na economia no longo prazo. A *Siembra del Petróleo* indicava que a renda dos hidrocarbonetos deveria ser

destinada ao investimento em outras atividades produtivas, e, de fato, o governo de Angarita perseguiu em algum grau esse objetivo. (BARROS, 2007)

A segunda visão tem como seus expoentes Rómulo Betancourt e o ministro Perez Alfonso, em um momento de alta dos preços do petróleo após a Segunda Guerra Mundial. Betancourt considerava o momento propício para investir no chamado capital humano, que, por sua vez, supostamente levaria à estruturação de um mercado nacional. (BARROS, 2007)

Percebe-se que a consciência de que o rentismo deveria ser uma situação temporária é antiga na Venezuela, porém a diversificação produtiva não se materializou e, com o passar das décadas, o rentismo se tornou estrutural.

A terceira *siembra* surge com Chávez na proposta do “Socialismo do Século XXI”, com menção expressa no Plano *Siembra Petrolera* de 2005. Desde o primeiro programa de governo do MVR, enfatiza-se a necessidade de superar a estrutura monoexportadora e ir em direção a uma “economia humanista, auto-gestionária e competitiva” (MPD, 1999, p.55). A *Siembra Petrolera* de Chávez, que se pretendia anticapitalista, pode ser mais bem percebida nas EPSs e na missão *Vuelvan Caras*, que fomentava cooperativas a fim de tirar a dependência do oligopólio industrial interno.

As iniciativas do chavismo lograram êxito em diminuir a miséria e melhorar consideravelmente os indicadores sociais, no entanto, a observação dos ingressos fiscais e das exportações em 2006 mostram o outro lado: os impostos e *royalties* decorrentes do hidrocarboneto representaram 56% do total e a exportação de petróleo foi 89% do total exportado pelo país naquele ano. (CICERO, 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, entendemos como se constituiu o mercado internacional de petróleo, a dimensão geopolítica estratégica que o hidrocarboneto carrega consigo e as mudanças na sua precificação a partir da financeirização da economia mundial, com aprofundamento da instabilidade relacionada ao petróleo, que passa a estar sujeito ainda mais a oscilações especulativas. No segundo capítulo resgatamos parte da história da Venezuela, a ascensão de Hugo Chávez ao poder e o projeto político sem precedentes levado a cabo pelo militar. No terceiro e último capítulo discutimos o fenômeno do rentismo no caso venezuelano e a *siembra petrolera*, como algo que era sempre buscado de formas distintas por governantes do país, mas que ao fim e ao cabo pretendiam o mesmo. Hugo Chávez representa uma ruptura com os governos que o precederam pelo não alinhamento ao neoliberalismo e pelo enfrentamento aguerrido ao imperialismo estadunidense. De maneira próxima mas mais forte que os governos vizinhos daquele tempo, teve como principal agenda o combate às desigualdades sociais, e o caminho proposto era sintetizado na proposta de “socialismo do século XXI”. No entanto, a tarefa de superar o rentismo tornou-se ainda mais complexa a partir do aprofundamento da instabilidade do petróleo a partir da comercialização deste nos mercados financeiros.

Cícero (2015) defende a hipótese de que Hugo Chávez não conseguiu superar o rentismo petrolero e a dependência da Venezuela em relação ao capital estrangeiro, com a qual concordamos. O autor reconhece os avanços sociais previamente citados, mas argumenta que o lugar de dependência da nação bolivariana no sistema internacional foi aprofundado em vez de superado. Isso se deve à manutenção da dinâmica secular entre capital estrangeiro e elite política e à opção pelas empresas mistas na exploração do hidrocarboneto. Esta opção, apesar de render uma fonte vasta de divisas ao país, beneficia em primeiro lugar o capital transnacional. Em outras palavras, a novidade e o mérito do governo de Hugo Chávez foi o rumo dado aos ingressos petroleros, mas o baixo desenvolvimento industrial e o rentismo permanecem a realidade venezuelana.

O autor analisa um período mais extenso que o presente trabalho, avançando até o final do governo Chávez em 2013. No entanto, pode-se dizer que se o rentismo não foi superado até 2013, tampouco as tímidas políticas de diversificação produtiva postas em prática até 2006 em um contexto favorável de alta nos preços do petróleo indicavam que o resultado seria outro. Muitos pontos aqui tocados merecem ser tratados posteriormente com maior profundidade, mas a partir da literatura mobilizada, entendemos que a despeito da

retórica de tornar a Venezuela um país fora dos marcos do capitalismo e do rentismo, a trajetória do chavismo de 1999 a 2006 já indicava que o país continuaria – e continua – fundamentalmente dependente das oscilações da indústria petroléira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **O Mercado Internacional do petróleo e o comportamento dos preços.** Brasil, 1998. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/1998/nota-tecnica-02-1998-anp.pdf>> Acesso em: 09 de abr. 2023

ALTVATER, Elmar. **The social and natural environment of fossil capitalism.** In: PANICH, Leo e LEYS, Colin. *Socialist Register – Coming to Terms with Nature.* Londres: Merlin Press, 2007.

ÁLVAREZ, Ángel E. **Venezuela 2007: los motores del socialismo se alimentan con petróleo.** Universidad Central de Venezuela. 2007.

BAPTISTA, Asdrúbal. **Bases cuantitativas de la economía venezolana, 1830- 1989.** Caracas: Comunicaciones Corporativas D., C.A., 1991

BARROS, Pedro Silva. **Governo Chávez e Desenvolvimento: a política econômica em processo.** São Paulo, 2007.

BHAGWATI, Jagdish. *Inmiserizing Growth: A Geometrical Note.* **The Review of Economic Studies.** Oxford University Press, vol. 25, No. 3 p. 201-205. 1958

BOLANOS, Jose A. **The political Economy of Oil: The limits of our ability to Prevent Failure.** In: Raszewski, Sławomir. *The International Political Economy of Oil and Gas.* Londres, 2018. p. 57-70

BUEÑANO, Gilberto. **Entrevista concedida a Pedro Barros.** Caracas, 2005.

MOREIRA, Camila C. Da Costa. **A Adaptação do Mercado Mundial de Petróleo à lógica financeirizada de acumulação de capital.** Uberlândia. 2020.

CANO, Wilson. *Venezuela: limites para uma nova política econômica.* In: **Economia e Sociedade,** vol. 11, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2002.

CHENG, Ing-Haw; XIONG, Wei. **Financialization of Commodity Markets.** *Annual Review of Financial Economics.* vol. 6, p. 419-441, 2014.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Editora Xamã. São Paulo, 1996.

_____. **A Mundialização Financeira.** São Paulo: Xamã, 1998.

_____. *A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense.* In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CICERO, Pedro Henrique De Moraes. **O Rentismo Petrolero E Seus Impactos Para A Política Externa Venezuelana (1927 – 2013)** Campinas 2015.

D’ELIA, Yolanda. **Las Misiones Sociales en Venezuela: una aproximación a su comprensión y analisis.** Caracas. 2006.

FONTAINE, Guillaume. **Petropolítica.** Una teoría de la gobernanza energética. Ecuador, 2010.

FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais**. Editora Saraiva, 2013.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Resources to Reserves**. Oil, Gas and Coal Technologies for the Energy Markets of the Future. 2013

LARRALDE, Humberto García. Economía política del rentismo petrolero. In: **Una Ventana para la Reflexión Académica**: La Escuela de Economía de la UCV en sus 80 años. Universidad Central de Venezuela. 2018. p. 289-326.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

_____. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MAXIR, Henrique dos Santos. **O mercado internacional de petróleo: a influência da OPEP e o poder de mercado**. Dissertação de mestrado. USP. Piracicaba, 2016.

MILANEZ, Bruno; MANSUR, Maira Sertã; WANDERLEY, Luiz J. M. **Financeirização e o Mercado de Commodities**: uma avaliação a partir do setor de mineral. 2019.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR DE PLANIFICACIÓN. **Lineas Generales del Plano de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007**. Venezuela, 2001. Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2018/05/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2001-2007.pdf>> Acesso em: 02 de mai. de 2023

NATIONAL GEOGRAPHIC. **The End of Cheap Oil** Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.com/environment/article/end-cheap-oil>> Acesso em: 10 de abr. 2023

PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. O paradoxo da abundância: recursos naturais e desenvolvimento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, pp. 251-270, 2017. São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/xK7hXQp3KzFygdywnZgTR9L/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. **Os Caminhos de uma nova Siembra Petrolera: distribuição e circulação da renda petroleira na venezuela bolivariana (2003-2012)**. Tese de Doutorado. Niterói, 2018.

SCHULDT, Jürgen; ACOSTA, Alberto. **Petróleo, rentismo y subdesarrollo: ¿una maldición sin solución?** Revista Latinoamericana de Comunicación. Quito, jun. 2006.

SILVA, João Carlos Jarochinski; PERES, Vítor Plácido dos Santos. **Rentismo e Crise**. Textos E Debates, Boa Vista, n.34, p. 23-40, jan./jun. 2020

VALDEZ, Magdalena. Juramento del Samán de Güere: 40 años del ideario bolivariano de Chávez. **Radio del Sur**, Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, Gobierno Bolivariano de Venezuela, Caracas, 17 de dez. de 2022. Disponível em:

<<http://www.laradiodelsur.com.ve/juramento-del-saman-de-guere-40-anos-del-ideario-bolivariano-de-chavez/>>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Caracas, 1999. Disponível em: <<https://venezuela.justia.com/federales/constitucion-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela/>>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

SOCKIN, Michael; XIONG, Wei. **Informational Frictions and Commodity Markets**. The Journal of Finance. Vol. 70, No. 5, p. 2063-2098, 2015

TANG, Ke; XIONG, Wei. **Index investment and financialization of commodities**. Financial Analysts Journal, vol. 68, p. 54-74, 2012.

YERGIN, Daniel. **La historia del Petroleo**. 1992.